

Patrimônio Cultural

VISÃO PANORÂMICA DA
PRESERVAÇÃO DO
PATRIMÔNIO CULTURAL DA
RMVPLN



| O VALE

Universidade do Vale do Paraíba
Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
Mestrado em Planejamento Urbano e Regional

Pâmela Sabrina Barbosa Bento

**VISÃO PANORÂMICA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL
NORTE**

São José dos Campos – SP
2025

Pâmela Sabrina Barbosa Bento

**VISÃO PANORÂMICA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO
CULTURAL DA REGIÃO METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E
LITORAL NORTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento Urbano e Regional, vinculado ao Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) da Universidade do Vale do Paraíba, como complementação dos créditos necessários para a obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional.

Linha de pesquisa: Planejamento, Espaço e Cultura.

Orientadora: Profa. Dra. Cilene Gomes
Coorientadora: Profa. Dra. Fabiana Félix do Amaral e Silva

São José dos Campos – SP
2025

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DIVULGAÇÃO DA OBRA

Ficha catalográfica

Bento, Pâmela Sabrina Barbosa
Visão panorâmica da preservação do patrimônio cultural da região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte / Pâmela Sabrina Barbosa Bento; orientadora, Cilene Gomes; co-orientadora Fabiana Félix do Amaral e Silva. - São José dos Campos, SP, 2025.
1 CD-ROM, 98 p.

Dissertação (Mestrado Acadêmico) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional.

Inclui referências

1. Planejamento Urbano e Regional. 2. Patrimônio cultural. 3. Preservação do patrimônio. I. Gomes, Cilene, orient. II. Silva, Fabiana Félix do Amaral e, co-orient. III. Universidade do Vale do Paraíba. Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional. IV. Título.

Eu, Pâmela Sabrina Barbosa Bento, autora da obra acima referenciada:

Autorizo a divulgação total ou parcial da obra impressa, digital ou fixada em outro tipo de mídia, bem como, a sua reprodução total ou parcial, devendo o usuário da reprodução atribuir os créditos ao autor da obra, citando a fonte.

Declaro, para todos os fins e efeitos de direito, que o Trabalho foi elaborado respeitando os princípios da moral e da ética e não violou qualquer direito de propriedade intelectual sob pena de responder civil, criminal, ética e profissionalmente por meus atos.

São José dos Campos, 22 de Julho de 2025.



Autora da Obra

Data da defesa: 06/03/2025

PÂMELA SABRINA BARBOSA BENTO

**“VISÃO PANORÂMICA DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA REGIÃO
METROPOLITANA DO VALE DO PARAÍBA E LITORAL NORTE.”**

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre, do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional, do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento da Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, SP, pela seguinte banca examinadora:

Prof. ^a Dr. ^a Cilene Gomes	<i>Prof.^a Dr.^a Cilene Gomes</i>
Prof. ^a Dr. ^a Fabiana Félix do Amaral e Silva	<i>Fabiana Felix do Amaral e Silva</i>
Prof. ^a Dr. ^a Maria Aparecida Chaves R. Papali	<i>Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Papali</i>
Prof. ^a Dr. ^a Bianca Siqueira Martins Domingos – FFLCH/SP	<i>Bianca Siqueira Martins Domingos</i>
Prof. ^a Dr. ^a Agnes Yuri Uehara Bezerra – UEMG-Passos	<i>Prof.^a Dr.^a Agnes Yuri Uehara Bezerra</i>

Prof.^a Dr.^a Juliana Ferreira Strixino

Diretora do IP&D – Univap

São José dos Campos, 06 de março de 2025.

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação a Deus, aos meus pais e a todos os valeparaibanos.

Dedico também em especial ao meu avô José Manuel Bento (*in memoriam*) homem simples e de muita fé, que com muita perseverança colaborou na construção de algumas capelas em Lorena. E a minha avó Maria das Graças Figueira Barbosa, mulher da roça, me levou muitas vezes as igrejas e na sua simplicidade me ensinou a rezar.

AGRADECIMENTOS

À Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), Fundação Valeparaibana de Ensino (FVE), ao Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IP&D) e ao Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional (NEEUR) pela oportunidade e espaço para o desenvolvimento acadêmico.

Ao corpo docente do Mestrado Acadêmico em Planejamento Urbano e Regional (PLUR), a equipe administrativa, equipe de limpeza e de segurança da instituição.

A Profa Dra. Bianca Siqueira Domingos Martins pela amizade e orientações acadêmicas desde 2013.

A Profa Dra. Sandra Maria Fonseca da Costa por ser exemplo no meio acadêmico.

Ao Profa Dr. Pedro Ribeiro Moreira Neto pelos incentivos e orientações.

A Mestranda Denise Érika dos Santos pela amizade, presença, apoio e dividir a mesma motivação e jornada em defesa do patrimônio cultural do Vale.

A Mestranda Nanci Barroso pela amizade, conselhos, orientações e ser exemplo de pesquisadora, amiga e mãe.

Ao Doutorando Maurício Vaitsman Chiga por toda ajuda durante o mestrado.

Ao Coordenador da Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba André Bazzanella, por todo ensinamento e ajuda na pesquisa.

A minha amiga de caminhada Barbara Honorato, meu muito obrigado pelas palavras de incentivo.

Em especial as orientadoras: Profa. Dra. Cilene Gomes e Dra. Profa. Fabiana Felix do Amaral e Silva obrigada por toda dedicação, competência e direcionamento.

Agradeço imensamente a minha Professora de História Rita de Cássia, que marcou o meu ensino fundamental com suas aulas e viagens a antigas fazendas do Vale.

EPÍGRAFE

“A cultura de um povo é o seu maior patrimônio, preservá-la é resgatar a história” (Nildo Lage).

RESUMO

O presente estudo apresenta um panorama dos últimos dois anos acerca da preservação do patrimônio cultural na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN), região paulista de grande relevância histórica e cultural. Os objetivos incluem identificar os órgãos gestores nos três níveis governamentais (municipal, estadual e federal) que atuam na preservação do patrimônio cultural, realizar o levantamento dos bens materiais e imateriais de cada município da região com base nas informações disponibilizadas em espaço virtual pelos órgãos oficiais, destacar os bens culturais imateriais e analisar a existência de diretrizes específicas para sua valorização, apresentar práticas colaborativas entre diferentes agentes em ações de preservação na região, divulgar e socializar os resultados do estudo na base dados do Observatório Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte, possibilitando o acesso às informações públicas. A metodologia perpassa por revisão de literatura e dados de cultura, pesquisa documental, pesquisa em espaço virtual e análise descritiva das informações coletadas. Os resultados alcançados visam contribuir como subsídios para novos trabalhos acadêmicos e também, para a gestão municipal no campo da cultura e do patrimônio cultural, sendo possível identificar potencialidades e desafios para a formulação e implementação de ações e políticas públicas mais adequadas às realidades locais.

Palavras-Chave: patrimônio cultural; cultura; preservação do patrimônio; Vale do Paraíba.

ABSTRACT

This study presents an overview of the last two years regarding the preservation of cultural heritage in the Metropolitan Region of Paraíba Valley and North Coast (RMVPLN), a region of São Paulo of great historical and cultural relevance. The objectives include identifying the management agencies at the three levels of government (municipal, state and federal) that work on the preservation of cultural heritage, conducting a survey of the tangible and intangible assets of each municipality in the region based on information made available in a virtual space by official agencies, highlighting intangible cultural assets and analyzing the existence of specific guidelines for their valorization, presenting collaborative practices between different agents in preservation actions in the region, disseminating and socializing the results of the study in the database of the Regional Observatory of Vale do Paraíba and Litoral Norte, enabling access to public information. The methodology includes a review of literature and cultural data, documentary research, research in a virtual space and descriptive analysis of the information collected. The results achieved aim to contribute as subsidies for new academic work and also for municipal management in the field of culture and cultural heritage, making it possible to identify potentialities and challenges for the formulation and implementation of actions and public policies more suited to local realities.

Keywords: cultural heritage; culture; heritage preservation; Paraíba Valley.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Atuação no âmbito do Patrimônio Imaterial	77
---	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Página dedicada aos Bens Tombados do país.	33
Figura 2 - Página dedicada ao Registro dos Bens Culturais Imateriais Brasileiros ...	34
Figura 3 - Base de dados Online do CONDEPHAAT	35
Figura 4 – Patrimônio Imaterial de São Paulo.....	36
Figura 5 - Estratégia para Rotas Turísticas apresentadas pelo PDUI - FIPE 2022... 40	
Figura 6 – Mapa das Regiões Turísticas da RMVPLN, São Paulo	41
Figura 7 - Mapa do Vale do Paraíba e Litoral e Norte	47
Figura 8 - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN).....	48
Figura 9 - Apresentação em números dos bens culturais tombados e reconhecidos	62
Figura 10 - Mapa da atuação do IPHAN na RMVPLN	63
Figura 11 - Mapa da atuação do CONDEPHAAT na RMVPLN.....	65
Figura 12 - Mapa da gestão municipal no âmbito da cultura e do patrimônio cultural da RMVPLN	66
Figura 13 - Grupo da Folia de Reis no centro histórico da cidade de São José do Barreiro, ao lado direito o mestre Laércio se apresenta junto de seu violão e ao centro os demais componentes	72
Figura 14 - Print do canal do podcast no YouTube.....	74
Figura 15 - Processo da produção do Doce Taiada	74
Figura 16 - Página de divulgação dos bens culturais materiais e imateriais no site do Observatório Regional.....	80
Figura 17 - Página do mapa dos bens culturais materiais no site do Observatório Regional – NEEUR - UNIVAP	81

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Municípios que integram as Rotas Turísticas da RMVPLN	42
Tabela 2 - Políticas Públicas implementadas no Brasil referente à cultura	43
Tabela 3 - Bens Culturais Imateriais da RMVPLN e suas respectivas leis	69
Tabela 4 - Categorização do Patrimônio Imaterial da RMVPLN	71
Tabela 5 - Perfil dos membros do Observatório da Paisagem	76

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Órgão Público Responsável e o Patrimônio Cultural da RMVPLN..... 53

LISTA DE SIGLAS

COMPHAC – Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagísticos e Cultural de Lorena

CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo

IEV – Instituto de Estudos Valeparaibanos

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

NEEUR – Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional

PDUI – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado

PLUR – Planejamento Urbano e Regional

SECTUR – Secretaria de Cultura e Turismo

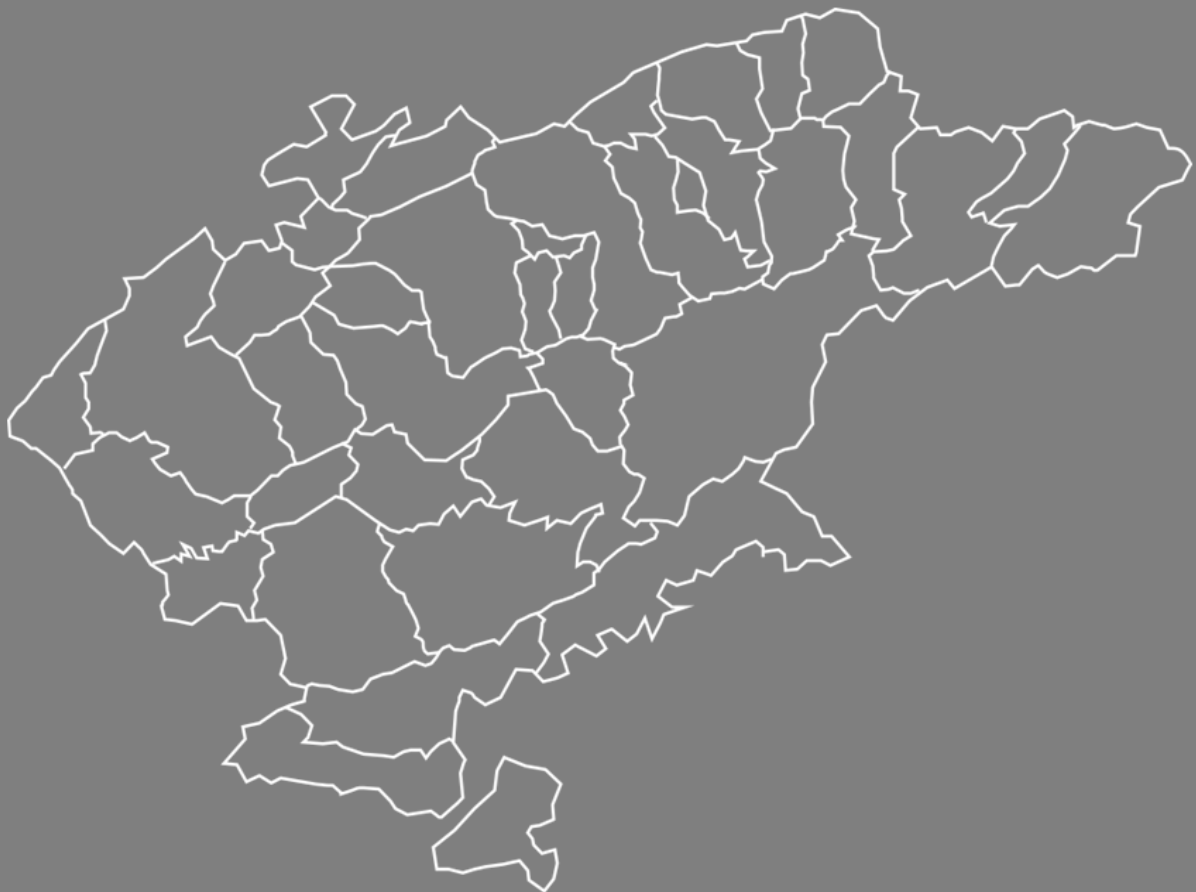
UNISAL – Centro Universitário Salesiano de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
SEÇÃO 1: CONCEITUANDO A TEMÁTICA	26
1.1 Patrimônio cultural, identidade e memória.....	26
1.2 A cultura como direito.....	28
1.3 Um olhar para o patrimônio imaterial	29
1.4 Declaração de Québec de 2008: preservação do “spiritu loci”	30
1.5 Responsabilidade e atuação do poder público	31
.....	38
SEÇÃO 2: A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE DADOS PARA A CULTURA	39
2.1 Dados PDUI: atributos turísticos.....	39
2.2 Dados IPEA: políticas públicas.....	42
SEÇÃO 3: UMA ABORDAGEM EM ESCALA REGIONAL	47
SEÇÃO 4: VISÃO PANORÂMICA DA GESTÃO E DOS BENS CULTURAIS	51
4.1 Os órgãos públicos gestores e os bens culturais.....	52
4.2 O protagonismo dos bens culturais imateriais e o espírito do lugar.....	68
4.3 Práticas colaborativas: o caso do Observatório da Paisagem.....	75
4.4 Socialização das informações: Observatório Regional.....	79
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS	86
APÊNDICE A - PESQUISA DE OPINIÃO ELABORADA NA FERRAMENTA GOOGLE FORMS	91
ANEXO A – BANNER DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO CULTURAL “PODCAST SABOR DÁ HISTÓRIA”	94
ANEXO B – LISTA DE BENS TOMBADOS E PROCESSOS EM ANDAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO (DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DO ARQUIVO: FEVEREIRO DE 2024)	95

Patrimônio Cultural

INTRODUÇÃO



Apresentação: trajetória com a temática

Em 2013, ingressei no curso superior de Arquitetura e Urbanismo no Centro Universitário Teresa D" Ávila — UNIFATEA, e no mesmo ano iniciei o estágio no antigo Instituto Superior de Pesquisa e Iniciação Científica, mais conhecido como ISPIC. No mês de novembro, fui contemplada com a Bolsa de Apoio Técnico de Nível Médio (ATNM) fomentada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Tecnológico (CNPq) e era responsável pelo Laboratório de Materiais, Texturas e Modelagem da instituição.

Neste espaço acadêmico, tive contato direto com professores e gestores que contribuíram muito na minha formação acadêmica e profissional. Houve um professor em destaque que me apresentou um mundo de possibilidades no meio acadêmico através da educação e da pesquisa, meu orientador Prof. Dr. Rosinei Batista Ribeiro, que até hoje levo seus ensinamentos para a vida.

Particpei durante dois anos do Projeto de Iniciação Científica de cunho interdisciplinar que abrangeu as áreas da Arquitetura, Arqueologia Urbana e Engenharia de Materiais com o título "Análise comparativa dos materiais de construção na arqueologia urbana no município de Lorena, São Paulo, Brasil", desenvolvido durante os anos de 2014 e 2015. Essa etapa foi muito importante para a compreensão da temática, das área de estudo, dos métodos científicos para a produção de conhecimento.

Após 10 anos, em março de 2023, ingressei como discente do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Planejamento Urbano e Regional (PLUR) da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) com o objetivo de aprofundar a temática do patrimônio cultural. A escolha da instituição de ensino foi baseada na proximidade com o tema e por possuir uma linha de pesquisa dedicada ao Planejamento, Espaço e Cultura, que foca nos processos histórico-sociais, ligados a representações coletivas, à construção de identidades e memórias sociais que constituem a cidade e região.

A convite da professora e orientadora Cilene Gomes, no mesmo ano ingressei como pesquisadora do Observatório Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte, sediado no Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional (NEEUR/UNIVAP). O núcleo faz parte de uma estratégia de atuação acadêmica e inserção na construção do debate social, voltadas às questões do planejamento e desenvolvimento urbano e regional, bem como à produção de conhecimento e

debates específicos sobre a realidade heterogênea dos municípios da região. Ele também é responsável pelo Observatório Regional, um espaço virtual que visa a integração no programa e no ambiente social, fortalecendo a participação e a cooperação social entre agentes e instituições.

Outra motivação para a elaboração deste estudo é fruto de outras experiências durante o ano de 2019 como suplente do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Paisagísticos e Cultural (COMPHAC) e ativa participação no Instituto de Estudos Valeparaibanos (IEV/UNISAL) no município de Lorena - SP. No ano em questão, foi elaborado e divulgado material didático com enfoque no patrimônio histórico, arquitetônico e cultural do município, visando contribuir para informação e conscientização dos cidadãos, acerca da importância de se preservar os bens culturais. A ação foi uma iniciativa da Secretaria de Cultura e Turismo e o conteúdo foi divulgado para algumas escolas da rede municipal de ensino¹.

¹ Link de acesso da Cartilha sobre Patrimônio nas escolas de Lorena: <<https://www.lorena.sp.gov.br/wordpress/index.php/2019/12/04/comphac-e-sectur-divulgam-cartilha-sobre-patrimonio-nas-escolas-de-lorena/>>

INTRODUÇÃO

O termo “patrimônio”, presente no vocabulário comum há séculos e familiar a muitos, tem sua origem no latim *patrimonium*, de onde, a palavra *pater* significa pai e a ideia central é a de uma posse transmitida por meio de gerações. Assim como a cultura, que atravessa a linha do tempo e estabelece conexões intergeracionais, pode-se dizer que o patrimônio cultural é a herança viva da materialização da própria cultura, processo dinâmico que revela valores, crenças e costumes de um povo.

De acordo com Mintz (2010) a palavra cultura foi empregada e popularizada por Tylor²¹ em 1877. Rosa (2020) complementa que o antropólogo Tylor desenvolveu uma definição mais ampla para cultura (culture) — ao fundir os conceitos de *kultur* (Alemão) e *civilization* (Francês) – englobando tanto os aspectos simbólicos quanto os materiais.

Com base nesta definição, Laraia (2001) introduz um novo conceito de cultura, o qual engloba tudo aquilo que é aprendido socialmente e é composto por um conjunto de ideias, símbolos, padrões de comportamento e produtos materiais que caracterizam um grupo social. A cultura é moldada pelas interações sociais e se adapta às mudanças do ambiente e da sociedade. É o resultado da transmissão social de conhecimentos e práticas.

De acordo com Santos (1983, p. 8), “cada realidade cultural tem sua lógica interna, a qual devemos procurar conhecer para que façam sentido as suas práticas, costumes, concepções e as transformações pelas quais estas passam”. Ao se pensar e discutir sobre cultura, estamos pensando sobre nossa própria realidade, pois a diversidade dos atos e produtos culturais é intrinsecamente ligada aos contextos históricos e sociais.

Cada sociedade, com suas próprias histórias e especificidades, tece uma teia única de significados, como afirma Geertz (2008), pois existem formas infinitamente variadas de expressar a identidade e de se relacionar com o mundo.

Nesse sentido, o patrimônio cultural é vivo, é mais do que um acervo de objetos ou práticas do passado, ele é um elemento fundamental para construção da identidade cultural de um povo ou de um grupo. Conforme preconiza a Constituição Federal de 1988, o Patrimônio Cultural Brasileiro compreende "os bens de natureza

² Edward Burnett Tylor (1832-1917). Antropólogo britânico.

material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira" (Brasil, 1988, art. 216).

Essa definição ampla reconhece a diversidade cultural do país e a importância de se preservar os bens tangíveis e intangíveis. Em concordância com a definição apresentada na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial em Paris (Unesco, 2006, p. 4), entende-se por patrimônio cultural imaterial:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana.

Entende-se que o patrimônio cultural também representa a memória coletiva de um povo, e, portanto, a memória é o alicerce da identidade individual. Para uma sociedade, as representações do passado são como as colunas que sustentam sua identidade coletiva (Jeudy, 1990). Através dos bens culturais, os indivíduos se conectam a grupos sociais, fortalecem sua identidade e criam narrativas históricas que guiam suas ações. A noção de patrimônio, nesse sentido, revela-se indissociável dos conceitos de identidade, memória e das dinâmicas socioespaciais que moldam as sociedades.

A cidade, tradicionalmente vista como um espaço de encontros e interações sociais tem sido cada vez mais reconhecido como um palco privilegiado para a expressão de seus cidadãos e de construção das identidades culturais. Como defende Bosi (2003), a memória social, intrinsecamente ligada à história urbana, é um elemento fundamental para entender esses espaços e preservar seu patrimônio. É importante ressaltar que a globalização intensificou os fluxos culturais, tornando a diversidade cultural ainda mais evidente nos territórios.

O patrimônio está intrinsecamente ligado aos conceitos de espaço e lugar, constitui um elemento-chave nos estudos das dinâmicas socioespaciais. Ao se vincular a lugares específicos, o patrimônio cultural se torna um marcador da memória social. Essa relação complexa e dinâmica entre patrimônio e espaço revela a

importância de preservar e valorizar os bens culturais, pois estes testemunharam as ações do passado, contribuem para a construção de narrativas coletivas e fortalecem os laços culturais.

As profundas transformações socioespaciais impulsionadas pela globalização, segundo Kojio (2009), exigem novas abordagens da preservação do patrimônio cultural. A preservação é um processo contínuo de salvaguarda do patrimônio, que exige a colaboração de diferentes agentes sociais interessados. A gestão compromissada, a legislação adequada e a participação ativa dos cidadãos são elementos essenciais para garantir a proteção e a valorização dos bens culturais, assegurando assim a transmissão da memória e da identidade cultural.

No Brasil, a Constituição Federal consagra o patrimônio cultural como bem de interesse nacional e define a competência da União, dos Estados e dos Municípios seu reconhecimento e valorização. Podemos considerar que a legislação é, portanto, o alicerce para a preservação dos bens de interesse cultural. Os marcos regulatórios, estabelecidos nos distintos níveis da federação, fornecem os princípios, as diretrizes e normas que orientam a gestão e as ações de preservação.

É importante lembrar que nesta temática existem diversos termos correlacionados, correspondentes às ações como proteção, conservação, restauração, salvaguarda, e que apesar de cada palavra possuir seu significado em particular, elas estão interligadas e se complementam.

Para o estudo em questão, a ideia mais completa é a de preservação. A palavra possui sua origem no latim e significa de forma literal “manter seguro”. Outro bom exemplo seria o da palavra “salvaguarda”, que carrega em si a ideia de proteção e conservação, também muito utilizada em contextos jurídicos para designar uma garantia ou medida de proteção concedida a alguém ou algo.

Neste contexto, é importante ressaltar a importância do uso de tecnologias para contribuir com a socialização e a preservação dos bens culturais. O espaço virtual oferece um leque de oportunidades para ampliar a divulgação e o acesso ao patrimônio cultural, que também é um direito e está previsto na Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), conforme Artigo 8º:

É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas (Brasil, 2011).

A gestão pública, responsável pela administração dos bens, enfrenta o desafio de manter as informações atualizadas em seus canais de comunicação com o cidadão. A dinâmica da informação e a necessidade de atualização constante esbarram, muitas vezes, na falta de profissionais qualificados e recursos para gerir o espaço virtual.

Diante das inúmeras demandas que os municípios possuem, é necessário o olhar atento para a cultura, pois ela não é somente protagonista da identidade local, mas também se configura como um valioso instrumento de desenvolvimento social e econômico. Que impulsionada pelas novas tecnologias, pode garantir a ampliação da conscientização sobre o patrimônio cultural e sua importância.

A gestão pública, por sua vez, precisa estar atenta e promover as readequações necessárias no setor cultural. Ao garantir o acesso à informação sobre o patrimônio cultural, os gestores cumprem seu papel na promoção do bem-estar social, fortalecendo o senso de pertencimento e valorizando a cultura local.

A Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN) é o campo de estudo, escolhida por sua configuração territorial e histórica, espaço de notável relevância cultural e econômica para o estado de São Paulo e para o país. A região está situada entre os dois maiores centros metropolitanos do Brasil, São Paulo e Rio de Janeiro, e resulta de um processo contínuo de transformações, impulsionadas, em sua história recente, pelo desenvolvimento científico-tecnológico, socioeconômico e urbano. Conforme Santos (2014, p. 148):

O ente regional assim definido não é um mero ajuntamento de municípios, por mais que estes estejam ligados funcionalmente. Trata-se de uma rede de solidariedades e conflitos, surgidos em função do mesmo movimento da história naquilo em que é abrangente, isto é, concernente ao conjunto.

Nesta perspectiva, deve-se compreender a região como um espaço dinâmico, onde as interações sociais, econômicas e culturais impulsionam o desenvolvimento e moldam a identidade. Portanto, a região não se limita apenas à sua dimensão geográfica, mas se constitui como território vivo, marcado por relações complexas e em constante transformação.

A cultura é um elo invisível que interliga todos os territórios. E, existem subregiões que são impulsionadas economicamente por esse elo cultural, a exemplo, o Vale Histórico. Apesar de toda essa rica diversidade cultural e histórica, outro elo

permeia esses municípios e outros da região, que é a ineficiência da gestão municipal na divulgação dos bens culturais, especialmente os de natureza imaterial. Trata-se de um problema e, um desafio não somente às municipalidades, mas também para toda a região. A falta de investimentos em pesquisa, documentação e divulgação, compromete a perpetuação da identidade cultural local e regional.

O presente estudo tem como objetivo traçar um panorama da gestão pública e do patrimônio cultural da RMVPLN, a partir do levantamento de informações coletadas em espaço virtual, tem-se a intenção de analisar os órgãos responsáveis e as ações de preservação adotadas. Aderindo uma perspectiva regional, o estudo se ateve aos bens culturais materiais e imateriais, dando foco especial aos bens de natureza imaterial. A análise do estudo engloba os três níveis de governo (municipal estadual e federal). Em específico, busca-se:

- 1) Identificar os órgãos gestores nos três níveis governamentais (municipal, estadual e federal) que atuam na preservação do patrimônio cultural;
- 2) Realizar o levantamento do patrimônio cultural de cada município da região, com base nas informações disponibilizadas em espaço virtual pelos órgãos oficiais;
- 3) Destacar os bens culturais imateriais e analisar a existência de diretrizes específicas para a proteção e valorização do patrimônio cultural nos Planos Diretores Municipais e Leis específicas de proteção;
- 4) Apresentar práticas colaborativas entre diferentes agentes (privados, públicos e cidadãos) em ações de preservação na região;
- 5) Divulgar e socializar os resultados do estudo na base dados do Observatório Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte, possibilitando o acesso livre do público em geral.

A metodologia perpassa por revisão de literatura e pesquisa de informações documentais (declarações de órgãos internacionais, legislação e dados secundários), com a finalidade de compreensão conceitual e normativa sobre a gestão pública e a sua atuação na preservação do patrimônio cultural. Para obter as informações sobre os órgãos públicos gestores dos bens culturais e proceder ao levantamento do patrimônio cultural de cada um dos 39 municípios da região, foram realizadas consultas públicas em espaço virtual nos sites das Prefeituras, e dos outros órgãos atuantes que são o CONDEPHAAT e o IPHAN.

A revisão de literatura é a base da pesquisa que estabelece um diálogo entre as teorias do espaço, planejamento urbano e do patrimônio cultural. Para tanto, foram analisadas as contribuições de autores de referência como Milton Santos e Raquel Rolnik, que oferecem um olhar crítico sobre os processos de urbanização e as relações entre espaço e sociedade. No campo do patrimônio cultural, as obras de Pedro Paulo Funari e Sandra Pelegrini foram fundamentais para a compreensão da construção social do patrimônio e de sua relação com a identidade cultural. As teorias desses autores fornecem subsídios para a análise empírica realizada neste estudo, permitindo uma compreensão mais aprofundada do objeto de pesquisa.

A pesquisa tem como base o espaço virtual e foi realizada coleta de informações a respeito dos órgãos municipais responsáveis pela gestão e preservação do patrimônio cultural, a partir dos sites das prefeituras municipais.

Visando enriquecer a pesquisa também foi realizado o levantamento dos bens culturais materiais e imateriais dos 39 municípios com base no que é reconhecidos e divulgados nos sites. Neste estudo, também foi considerado compreender a gestão pública atuante na região em outras esferas (federal e estadual) que incidem na sobre os bens culturais, utilizou-se o mesmo método de identificação da competência e atuação do CONDEPHAAT e do IPHAN.

A organização dos dados deste estudo possui a seguinte estrutura:

1) Quadros gerais e quadros sinóticos: são ferramentas valiosas para a organização do conhecimento. Enquanto os quadros gerais oferecem uma visão panorâmica de um tema, os quadros sinóticos tratam de hierarquizar tópicos de forma lógica;

2) Mapas: ferramenta de representação utilizada para identificar dados de pesquisa, demonstrar pontos similares e facilitar a visualização e compreensão geográfica;

3) Leitura descritiva e analítica: as duas abordagens são complementares e ferramentas de análise que permitem a constatação dos temas estudados a partir de informações e dados coletados. A leitura descritiva tem como principal característica a apresentação dos dados de forma objetiva dando ênfase nos elementos visíveis. Já a analítica, visa compreender de forma mais elaborada as evidências apresentadas em relação aos aspectos teóricos tratados.

A aplicação do questionário teve sua origem a partir da condição de participante

da rede colaborativa Observatório da Paisagem do Vale do Paraíba, coordenada pela Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba (IPHAN - SP). O observatório é uma rede de profissionais e pesquisadores que atuam em instituições, órgãos públicos, universidades, arquivos, museus, fundações culturais que se dedicam ao estudo, debates e à preservação do patrimônio cultural da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)³.

Diante disto, a pesquisa se apropria desta grande rede em potencial para ampliar a temática e lançar uma estratégia viável de coleta de dados para agregar novas informações em vista da identificação do patrimônio imaterial da região, por meio e aplicação de questionário para os participantes ativos do referido observatório. Sua aplicação teve como principal objetivo o de suprir, em certa medida, a precariedade das informações disponibilizadas nos sites oficiais da gestão municipal, conforme o Apêndice em anexo.

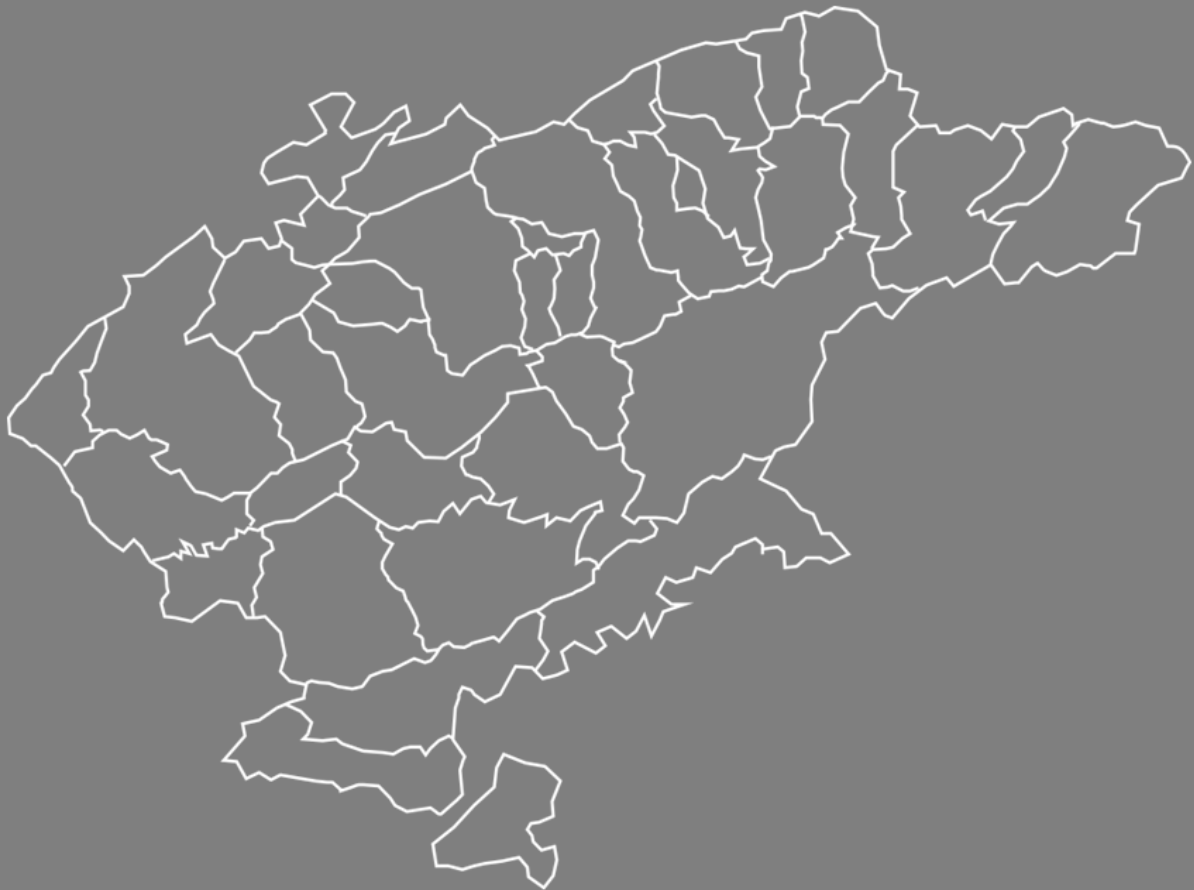
A difusão e socialização das informações surgem do compromisso como pesquisadora individual de realização da última etapa de pesquisa que consistiu na divulgação inicial das informações coletadas no site do Observatório Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Este panorama da realidade local possibilita compreender potencialidades e desafios à gestão pública, principalmente as municipalidades. Os resultados obtidos neste estudo podem subsidiar futuros trabalhos acadêmicos, enriquecer o debate sobre o patrimônio cultural na região e colaborar na proposição de políticas públicas adequadas a cada município.

³ Link de acesso ao website do Observatório Regional: <<https://www.observatoriodovale.net.br/>>

Patrimônio Cultural

SEÇÃO 1:
CONCEITUANDO A
TEMÁTICA



SEÇÃO 1: CONCEITUANDO A TEMÁTICA

1.1 Patrimônio cultural, identidade e memória

Essas três temáticas estão interligadas e formam uma teia de significados que nos permitem compreender a riqueza e a opulência das expressões culturais. Estas experiências humanas estão refletidas no tema central do estudo. São partes integrantes do patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, referentes à identidade, à ação e à memória dos diversos grupos construtores de nossa sociedade (Carvalho; Meneguello, 2020, p. 43).

Conceituando os bens culturais de natureza imaterial, conforme adoção do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [IPHAN], 2023), estes são considerados como:

[...] práticas e domínios da vida social que se manifestam em saberes, ofícios e modos de fazer; celebrações; formas de expressão cênicas, plásticas, musicais ou lúdicas; e nos lugares (como mercados, feiras e santuários que abrigam práticas culturais coletivas). Já os bens culturais de natureza material, podem ser imóveis como as cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais, bibliográficos, arquivísticos, videográficos, fotográficos e cinematográficos.

A identidade, por sua vez, é um conjunto dinâmico de características que definem um indivíduo ou um grupo social. Ela é construída a partir de experiências compartilhadas, valores, crenças e costumes, e se manifesta de diversas formas, como na língua, na religião, na etnia e nas práticas culturais. E, é fluida e dinâmica, e pode se transformar ao longo do tempo. Além disso, as pessoas podem ter múltiplas identidades culturais, que se sobrepõem e se influenciam mutuamente.

A memória, tanto individual quanto coletiva, é a capacidade de evocar experiências passadas e sentimentos. A memória coletiva, compartilhada por um grupo social, é essencial para a construção da identidade. Através da memória, as comunidades se conectam com seu passado, transmitem seus conhecimentos e experiências para as futuras gerações. Como explica Halbwachs (1990) que a memória se apoia na história vivida, ou seja, em experiências vividas.

As ações de salvaguarda englobam não só a proteção de bens materiais, como, edificações e monumentos, mas também a valorização de práticas culturais imateriais, como festas, culinária e artesanato.

O patrimônio cultural é um repositório de memórias, tanto individuais quanto coletivas, que, por sua vez, moldam e reforçam a identidade de um grupo. A construção da memória social sobre o urbano é um processo complexo que envolve uma variedade de elementos e influências sociais, culturais, políticas e históricas.

Ela pode ser construída por meio de narrativas históricas, cultura popular, experiências compartilhadas, entre outros. Estes elementos vão compor tanto a memória individual como a memória social que dá sentido a diversos espaços físicos, os transformando em “lugares de memória”, principalmente se considerar que cada território é único e com grande diversidade cultural.

As cidades estão passando por um momento que chama reflexões, em que a população está se mobilizando para preservar tradições e construir um senso de pertencimento. Em cada cidade, surge um novo interesse por seu passado histórico e social, uma crítica estimulante das vantagens e defeitos de seu estado atual, e a discussão sobre as possibilidades de sua melhoria e desenvolvimento (Geddes, 1994).

O Manual de Orientações às Políticas Municipais de Patrimônio Cultural, elaborado pelo CAU SP, é uma ferramenta essencial para municípios que buscam implementar políticas eficazes de preservação cultural. O documento apresenta recomendações práticas, como a criação de um corpo técnico e de um conselho deliberativo, visando fortalecer a gestão do patrimônio cultural e promover a participação da sociedade. Como salientado pelo conselho (Figueiredo, 2022, p. 70-71), “recomenda-se o estabelecimento de um corpo técnico e administrativo vinculado ao poder executivo, encarregado de executar a política”.

Outra recomendação importante é a criação de um conselho deliberativo, regido por legislação própria, para assegurar a realização de debates públicos que amplifiquem a conscientização e fortalecimento da relação entre o patrimônio e a população, além de promover uma participação social contínua e ativa.

A preservação do patrimônio cultural é um tema que envolve diferentes dimensões históricas, sociais, culturais, econômicas e ambientais. Em um contexto de crescente urbanização e modernização, a gestão pública enfrenta desafios tais como, a degradação física de bens materiais, a perda de tradições culturais e o desfoque por parte da sociedade em geral com as questões culturais.

1.2 A cultura como direito

A cultura é um direito fundamental inerente à condição humana, essencial para o desenvolvimento pleno e digno de indivíduos e comunidades. Conforme Barthà (2005), a cultura é distribuída por intermédio das pessoas, entre as pessoas, como resultado das suas experiências, a partir de experiências individuais e/ou coletivas.

Ela abrange as mais diversas formas de expressão, desde as artes até os modos de vida, valores, crenças e costumes. Como definido por Chuai (2021, p. 85) “a cultura passa a significar o aprimoramento e o aperfeiçoamento da humanidade”, moldando nossa identidade, nossas relações sociais e nossa visão de mundo.

O acesso à cultura, a participação na vida cultural e a possibilidade de criar e expressar manifestações culturais são direitos que devem ser garantidos a todos, sem distinção. O Estado tem o dever de promover e proteger a diversidade cultural, fomentar a produção artística e cultural, e assegurar o acesso aos bens, aos serviços e espaços culturais.

A cultura é direito de todos os cidadãos e dever do Estado, conforme a Constituição Federal de 88, mais precisamente no capítulo III, que versa sobre Educação, Cultura e Desporto na seção específica sobre Cultura, encontra-se o Artigo 215:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais (Brasil, 1988).

Existem vários elementos que definem cultura, são eles, valores, crenças, costumes, linguagem, arte, religião, tradições. Segundo Tylor (1999, p. 2 *apud* Lowie, 2021) cultura é “[...] todo complexo que inclui conhecimento, crença, arte, moral, lei, costume e quaisquer outras capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro da sociedade”.

Em primeiro lugar, a cultura é um elemento fundamental para a construção da identidade individual e coletiva, sendo um dos principais mecanismos de transmissão de valores, conhecimentos e tradições de uma geração para outra. Em segundo, ela desempenha um papel crucial na promoção da diversidade e da inclusão social, ao valorizar as diferentes expressões culturais e garantir o acesso a elas para todos.

Embora a legislação tenha evoluído, o direito à cultura continua sendo cercado por desafios como desigualdade, falta de recursos e de valorização à

diversidade, o que coloca em risco a preservação das identidades culturais. De acordo com Barreto (2000, p. 46):

manter algum tipo de identidade — étnica, local ou regional — parece ser essencial para que as pessoas se sintam seguras, unidas por laços extemporâneos a seus antepassados, a um local, a uma terra, a costumes e hábitos que lhes dão segurança, que lhes informam quem são e de onde vêm, enfim, para que não se percam no turbilhão de informações, mudanças repentinas e quantidade de estímulos que o mundo atual oferece.

Nessa perspectiva ressalta-se a importância de reconhecer e valorizar as diversas manifestações culturais presentes nas cidades, desde as mais tradicionais até as contemporâneas. A memória social, por sua vez, atua como um elo entre o passado e o presente, influenciando a forma como os indivíduos se relacionam com o espaço urbano e constroem suas identidades.

1.3 Um olhar para o patrimônio imaterial

O patrimônio imaterial, também conhecido como bem cultural intangível, se refere às práticas, conhecimentos, técnicas e expressões que podem se testemunhadas nas relações intergeracionais. Diferente do patrimônio material, que se manifesta em objetos e construções físicas, o patrimônio imaterial se encontra nas tradições vivas, nas celebrações, nos saberes ancestrais, nas línguas, nas danças, na música e em outras formas de expressão que permeiam cotidianos.

Sua importância reside na capacidade de preservar a memória e a identidade cultural, fortalecendo os laços culturais que constituem as relações sociais (Santos Junior, 2025). No Brasil, o patrimônio imaterial é extremamente rico e diversificado, refletindo a pluralidade de influências que moldaram a cultura do país. O samba, o frevo, o bumba-meu-boi, a capoeira, a culinária baiana e muitas outras manifestações culturais são exemplos de patrimônio imaterial que enriquecem a identidade brasileira e contribuem para a formação de um patrimônio cultural único e singular.

Por fim, a valorização das manifestações culturais fomenta o diálogo intercultural, ou seja, o intercâmbio de experiências e conhecimentos entre diferentes culturas. Esse diálogo é fundamental para promover o respeito à diversidade cultural, combater preconceitos e estereótipos, e construir sociedades

mais justas e inclusivas.

1.4 Declaração de Québec de 2008: preservação do “*spiritu loci*”

A Declaração de Québec sobre a preservação do "*spiritu loci*" foi adotada pelo ICOMOS (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios) em 2008, durante sua 16ª Assembleia Geral, realizada na cidade de Québec, Canadá. O principal objetivo da declaração é reconhecer e promover a importância do espírito do lugar na preservação do patrimônio cultural. Ela reconhece que o "*spiritu loci*" ou "espírito do lugar" é composto por:

[...] elementos tangíveis (sítios, edifícios, paisagens, rotas, objetos) bem como de intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, festivais, comemorações, rituais, conhecimento tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) e que todos dão uma contribuição importante para formar o lugar e lhe conferir um espírito, declaramos que o patrimônio cultural intangível confere um significado mais rico e mais completo ao patrimônio como um todo.

A declaração também preconiza a adoção de abordagens multidisciplinares, reunindo profissionais de diversas áreas, como arquitetos, urbanistas, historiadores, antropólogos e paisagistas, para garantir uma compreensão abrangente e integrada do "*spiritu loci*". Por fim, enfatiza-se a importância de considerar o espírito do lugar na tomada de decisões sobre o planejamento e desenvolvimento de um lugar, assegurando que as transformações sejam compatíveis com a identidade e os valores do local.

Além da Declaração de Québec, outros documentos e iniciativas também abordam a questão do "*spiritu loci*", como a Carta de Veneza (1964) e a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO (1972). Todos esses documentos demonstram a importância de considerar os valores culturais, históricos e sociais na preservação do patrimônio.

Outro fato importante foi que, a partir das iniciativas da UNESCO nas últimas décadas, que se fortaleceu a criação de políticas de preservação do patrimônio cultural no país. Não somente pensando nos bens, mas também, em políticas que abrangem os centros históricos, além de medidas técnicas ao desenvolvimento urbano como um todo.

1.5 Responsabilidade e atuação do poder público

A gestão pública desempenha um papel fundamental para garantir a preservação do patrimônio cultural, pois é detentora dos recursos e possui a legitimidade para implementar políticas e ações. Além disso, ela é responsável por articular a participação dos cidadãos nesse processo, concedendo o devido valor e proteção aos bens culturais. De acordo com Mendonça (2021, p. 10) “no setor público, a gestão incorpora o conceito de gerir recursos que são de toda a sociedade e de oferecer produtos e serviços que atendam às demandas dos cidadãos”.

A proteção do patrimônio cultural brasileiro envolve a atuação de diversos órgãos em diferentes esferas governamentais. No âmbito federal, o IPHAN é responsável pelo tombamento, enquanto no estado de São Paulo, essa função é exercida pelo CONDEPHAAT, além de ser responsável por analisar e aprovar pedidos de tombamento e promover estudos e ações de preservação. Nos municípios, secretarias de cultura, conselhos e fundações atuam na preservação e se utilizam de dois principais instrumentos para a efetivação da preservação.

O estudo apresenta dois instrumentos de preservação, o primeiro é o registro que de acordo com o Decreto nº 3.551 (Brasil, 2000) que o rege, é o processo de “inventariar, documentar, produzir conhecimento e apoiar a dinâmica dessas práticas socioculturais” (Cavalcanti; Fonseca, 2008, p. 19). O processo de registro direcionado ao patrimônio imaterial “deverá ser sempre em coletivo, sendo partes legítimas para propor sua instauração as instituições governamentais de cultura federais, estaduais e municipais, as sociedades e as associações civis” (IPHAN, 2006, p. 22).

O segundo instrumento é o tombamento, que reconhece e protege o patrimônio material e pode ser realizado por todas as esferas do governo. Ele é um “instrumento de reconhecimento aplicável a quaisquer bens culturais de natureza material, móveis e imóveis” (IPHAN, 2025a) e sob a tutela do IPHAN (2025b):

[...] os bens tombados se subdividem em bens móveis e imóveis, entre os quais estão conjuntos urbanos, edificações, coleções e acervos, equipamentos urbanos e de infraestrutura, paisagens, ruínas, jardins e parques históricos, terreiros e sítios arqueológicos.

Em resumo, o registro se concentra na proteção e valorização de práticas e

saberes culturais, enquanto o tombamento visa garantir a preservação física e a integridade de bens culturais considerados de interesse público. Os dois instrumentos são atos administrativos, ou seja, são decisões formais tomadas por órgãos públicos competentes, com base em leis e regulamentos específicos, visando à proteção e valorização do patrimônio cultural.

O Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) faz parte do Governo Federal do Brasil, sendo uma autarquia vinculada ao Ministério da Cultura. Sua atuação é fundamental para a preservação e promoção do patrimônio cultural brasileiro, garantindo que bens materiais e imateriais de valor histórico, artístico e cultural sejam protegidos e acessíveis para as futuras gerações.

O IPHAN é responsável por proteger e cuidar do patrimônio cultural do país. Isso inclui edifícios históricos, monumentos, festas populares, músicas, obras de arte e outros bens que tenham valor histórico, artístico ou cultural. O objetivo do instituto é garantir que esses elementos sejam preservados para as gerações futuras, impedindo que sejam destruídos ou esquecidos.

No âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 (Brasil, 1937), sendo o primeiro instrumento legal de proteção ao Patrimônio Cultural Brasileiro e também pioneiro nas Américas. Seus princípios fundamentais permanecem atuais e continuam sendo aplicados até os dias de hoje. Os Livros do Tombo são registros oficiais que documentam os bens culturais materiais brasileiros e funcionam como um inventário, onde cada bem é inscrito e protegido por lei.

O Decreto possui quatro Livros de Tombo, que são: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, Livro do Tombo Histórico, Livro do Tombo das Belas Artes e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Todo material sobre patrimônio cultural encontram-se no link⁴², e o Livros de Tombo podem ser encontrados na página do IPHAN.

Nela estão inseridos os bens móveis e imóveis de interesse público, que tenha vínculo memorável a história do país ou por seu valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico, artístico ou natural. Também são apresentados listagens dos bens tombados e processos em andamento, assim como os conjuntos urbanos e museus tombados. Também apoia projetos de restauração e conservação de monumentos e

⁴ Material sobre patrimônio cultural: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>.

edificações históricas que estejam em risco de interferência, e também a revitalização de áreas urbanas.

Figura 1 - Página dedicada aos Bens Tombados do país.

O tombamento é o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser feito pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias.

De acordo com o Decreto, o **Patrimônio Cultural** é definido como um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. São também sujeitos a tombamento os monumentos naturais, sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou criados pela indústria humana.

Fonte: IPHAN, (2025b). Adaptado pela autora.

O IPHAN também atua na proteção do patrimônio imaterial, garantindo que as tradições e expressões culturais sejam transmitidas às futuras gerações. Tem como objetivo reconhecer e preservar os bens culturais imateriais brasileiros, o Decreto nº 3.551/2000 (Brasil, 2000) instituiu um registro específico para esses bens, que podem ser encontrados no site do Ministério da Cultura, acessível pelo link³. Abaixo segue a página onde estão apresentados os bens, conforme Figura.

³ Registro específico para os bens: <https://bcr.iphan.gov.br/>.

Figura 2 - Página dedicada ao Registro dos Bens Culturais Imateriais Brasileiros

IPHAN Início Todos os bens

BENS CULTURAIS Registrados

Explore os *Bens Culturais Registrados*

Explore os Bens *pelos Livros de Registros*

Os bens que são reconhecidos por meio do Registro, recebem o título de **Patrimônio Cultural do Brasil** e são inscritos em um dos quatro **Livros do Registro** a partir de sua classificação em uma das categorias de bens culturais presentes no Decreto 3.551/2000 – Celebrações, Lugares, Saberes e Formas de Expressão:

Livro das Celebrações (14)	Livro das Formas de Expressão (21)	Livro dos Lugares (4)	Livro dos Saberes (13)

Fonte: IPHAN (2024).

Nesta página, é possível explorar os bens por unidade federativa e nela estão registrados os bens culturais imateriais registrados pelo IPHAN, que “detém continuidade histórica, possuem relevância para a memória nacional e são referências culturais de grupos formadores da sociedade brasileira” (IPHAN, 2024).

Na esfera estadual, é o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) responsável por proteger e valorizar o patrimônio cultural paulista, incluindo bens móveis, imóveis, paisagens e manifestações culturais. Desde 1968, já tombou mais de 500 bens, que representam a rica história do estado. É possível consultar o mapa do estado para ver a distribuição desses bens tombados pelo link⁴

⁴ Mapa do estado/distribuição dos bens tombados: <http://condephaat.sp.gov.br/bens-protetidos-online/>.

Figura 3 - Base de dados Online do CONDEPHAAT



Fonte: CONDEPHAAT (2024a).

O conselho também reconhece e promove a difusão do patrimônio imaterial em São Paulo, conforme o Decreto Nº 57.439/2011 (São Paulo, 2011), que apresenta dois tipos de registros o Universal e o Específico. O registro Universal é direcionado para bens culturais imateriais que se manifestam em diversos locais do Estado, e que apresentam a mesma matriz, ainda que com pequenas variações. O registro Específico é destinado ao reconhecimento e valorização de manifestações particulares de grupos cujas práticas culturais são consideradas constitutivas da identidade paulista.

O processo de registro de um bem imaterial no CONDEPHAAT é apenas o primeiro passo para sua preservação. Após a aprovação do pedido, são desenvolvidas ações de salvaguarda, que incluem a realização de inventários detalhados, a valorização do bem e a elaboração de um plano específico para garantir sua continuidade. A página disponibilizada pelo conselho encontra-se no link⁵ Segue página dedicada, conforme Figura.

⁵ Página do conselho: <http://www.patrimonioimaterial.sp.gov.br/patrimonios-imateriais/>.

Figura 4 – Patrimônio Imaterial de São Paulo



Fonte: CONDEPHAAT (2024b).

Após a efetivação do registro de um bem cultural imaterial, o conselho procede com a inscrição desse bem em um dos livros de registro, que são específicos para diferentes categorias de patrimônio cultural. Esses livros são: Livro de Registro de Saberes, Livro de Registro das Celebrações, Livro de Registro das Formas de Expressão e Livro de Registro dos Lugares. A inscrição garante a proteção e o reconhecimento do bem como parte fundamental da história e da identidade do país, além de ser um importante passo para a sua divulgação.

A preservação do patrimônio cultural não se limita apenas às esferas federal e estadual, a atuação conjunta desses órgãos é fundamental para garantir a proteção e valorização dos bens culturais locais. Nos municípios, as secretarias de cultura, por exemplo, são responsáveis por planejar e implementar políticas culturais no âmbito municipal, definindo prioridades e alocando recursos para a preservação do patrimônio cultural.

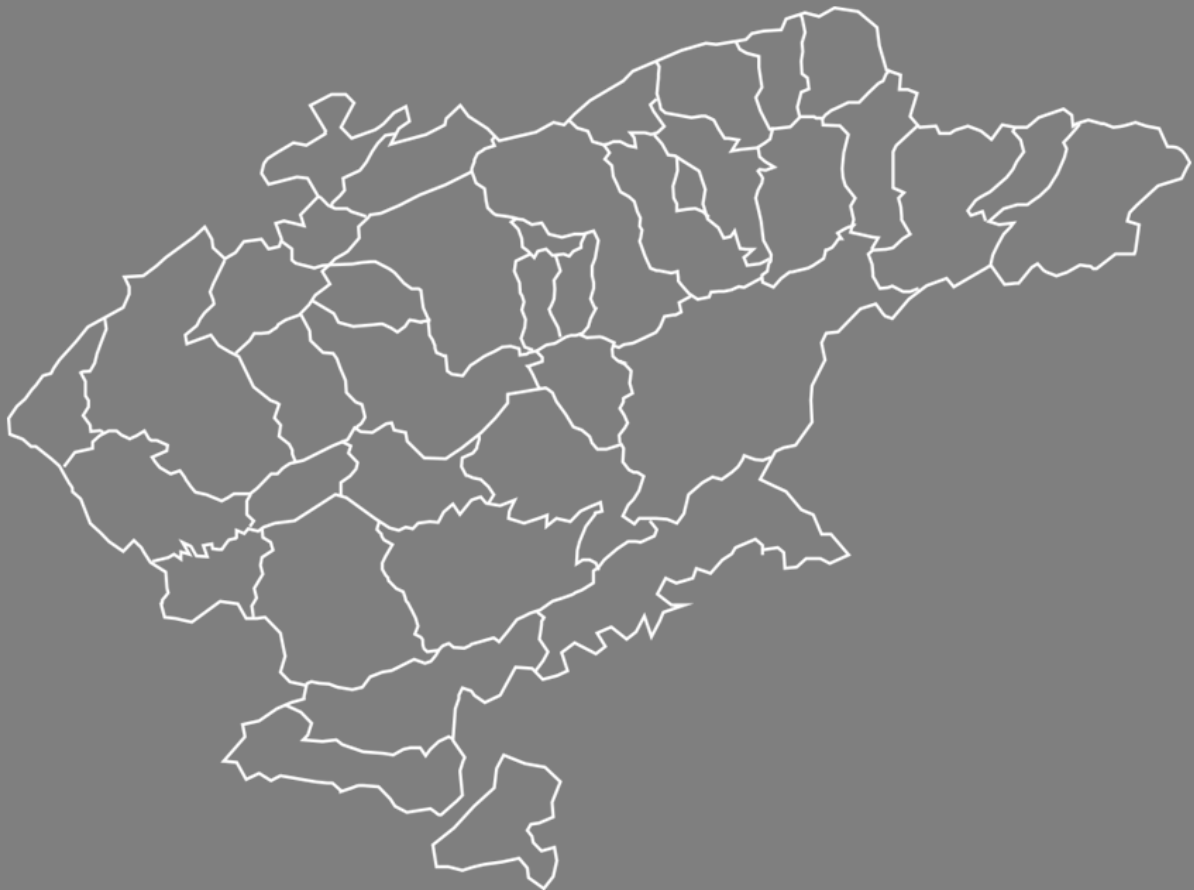
Os conselhos, por sua vez, são órgãos colegiados compostos por representantes da sociedade civil e do poder público, que têm a função de acompanhar e fiscalizar as ações da administração municipal na área cultural, além de propor diretrizes e políticas para a preservação do patrimônio. Já as fundações podem ser criadas para gerir espaços culturais, como museus e centros de memória,

ou para desenvolver projetos de pesquisa e divulgação do patrimônio cultural.

É importante salientar que a gestão atual do patrimônio cultural requer um equilíbrio entre a proteção dos bens culturais e a promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades locais. Sendo crucial, integrar a preservação com outras políticas públicas, como o turismo sustentável e a educação patrimonial, de forma a ampliar o acesso da população ao patrimônio cultural e incentivar sua valorização e apropriação coletiva.

Patrimônio Cultural

SEÇÃO 2: A
IMPORTÂNCIA DA
PRODUÇÃO DE
DADOS PARA A
CULTURA



SEÇÃO 2: A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO DE DADOS PARA A CULTURA

Os indicadores culturais têm grande importância para a formulação de políticas públicas de cultura, pois agregam sentido aos dados trabalhados, mensuram, quantificam e qualificam a produção cultural. Além disso, eles contribuem para a definição do escopo de atuação e da definição de prioridades na formulação de políticas públicas e colaboram para a avaliação da efetividade dos programas trabalhados. Como cita Domingos e Gomes (2021) a tomada de decisões estratégicas na área cultural depende da disponibilidade de informações precisas e confiáveis sobre a realidade cultural do país, permitindo aos gestores públicos identificar as principais demandas e desafios do setor.

Um indicador cultural é uma ferramenta que serve para medir, acompanhar e avaliar aspectos específicos da produção, circulação e consumo de bens e serviços culturais em uma determinada sociedade. Em outras palavras, são métricas que nos ajudam a entender como a cultura está se manifestando e se transformando ao longo do tempo.

2.1 Dados PDUI: atributos turísticos

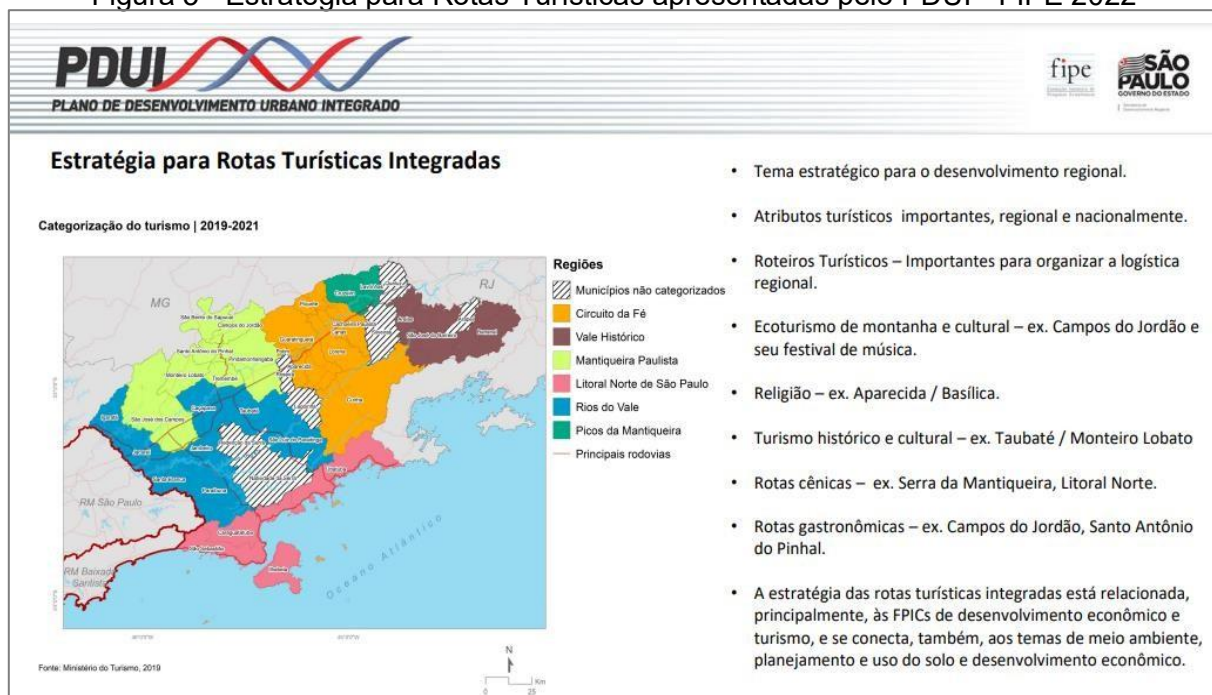
O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) definido em 2015 pelo Estatuto da Metrópole (Lei Federal 13.089/15) organizado pelo Governo do Estado de São Paulo é um instrumento de política pública e planejamento estratégico que visa orientar o desenvolvimento urbano de uma determinada região, considerando aspectos sociais, econômicos, ambientais e culturais (Brasil, 2015).

Reconhecendo o turismo como um motor para o desenvolvimento regional, o PDUI da RMVPLN estabelece diretrizes para a integração dos 39 municípios e promove a cooperação entre os diferentes níveis de governo. Este estudo aprofunda a análise de como o plano contribui para a identificação, valorização e promoção dos atributos turísticos da região.

Os atributos turísticos são os elementos que tornam um destino atrativo para os visitantes e turistas. Eles podem ser naturais, culturais, históricos, gastronômicos, entre outros. Ao identificar e valorizar esses atributos, é possível criar experiências turísticas para os diferentes públicos e impulsionar o desenvolvimento econômico

local. Em janeiro de 2022 foi realizada a última audiência pública sobre a aplicação do plano na região e uma das pautas foi sobre a Estratégia para Rotas Turísticas Integradas. Na figura abaixo é possível observar a categorização do turismo entre os anos de 2019-2021 e suas estratégias.

Figura 5 - Estratégia para Rotas Turísticas apresentadas pelo PDUI - FIPE 2022



Fonte: Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (2024).

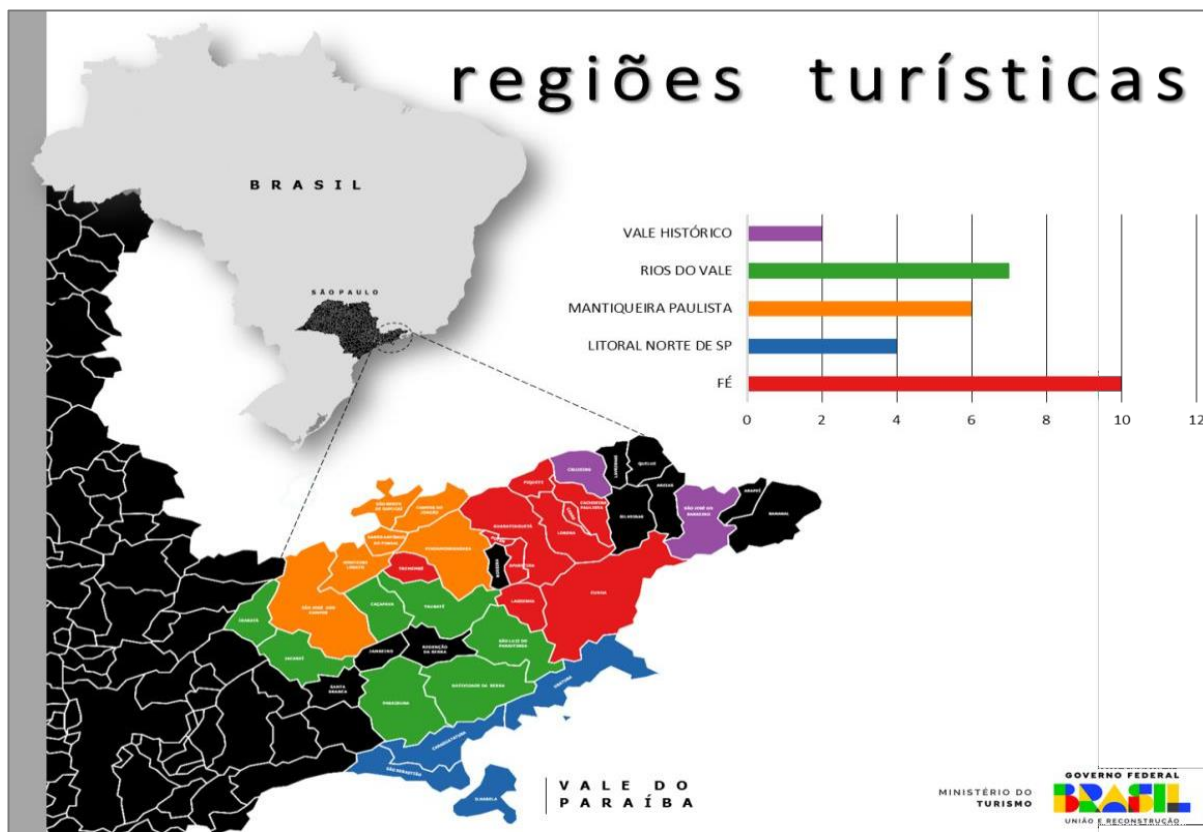
Conforme apresentado acima, um dos tópicos que foi discutido foram os atributos turísticos e rotas turísticas integradas, temas direcionados as estratégias de desenvolvimento regional.

O Programa de Regionalização do Turismo é um programa estruturante do Ministério do Turismo, que trabalha a convergência e a interação de todas as ações desempenhadas pelo Ministério do Turismo com estados e municípios brasileiros. Seu objetivo principal é o de apoiar a estruturação dos destinos, a gestão e a promoção do turismo no País, a partir de 8 eixos estruturantes com vistas à promoção do desenvolvimento regional.

De acordo com o IBGE (2023), o Brasil possui 5.570 municípios e deste montante, 2.477 municípios aderiram ao Programa de Regionalização do Turismo, ou seja, quase metade do total dos municípios do país aderiram os critérios estabelecidos e são integrantes das regiões turísticas. Outro dado importante a destacar é que das 335 regiões turísticas brasileiras, 5 delas estão presentes na

RMVPLN, conforme apresentado na figura abaixo.

Figura 6 – Mapa das Regiões Turísticas da RMVPLN, São Paulo



Fonte: Brasil (2023).

Adentrando aos dados quantitativos, atualmente dos 39 municípios que pertencem à região do Vale do Paraíba, 29 municípios integram o Mapa do Turismo Brasileiro e estão divididos por regiões turísticas que são: Fé, Mantiqueira Paulista, Vale Histórico, Rios do Vale e Litoral Norte de São Paulo, conforme apresentada respectivamente na Tabela.

Tabela 1 - Municípios que integram as Rotas Turísticas da RMVPLN

FÉ	MANTIQUEIRA PAULISTA	VALE HISTÓRICO	RIOS DO VALE	LITORAL NORTE DE SÃO PAULO
Aparecida	Campos do Jordão	Cruzeiro	Caçapava	Caraguatatuba
Cachoeira Paulista	Monteiro Lobato	São José do Barreiro	Igaratá	Ilhabela
Canas	Pindamonhangaba		Jacareí	São Sebastião
Cunha	Santo Antônio do Pinhal		Natividade da Serra	Ubatuba
Guaratinguetá	São Bento do Sapucaí		Paraibuna	Bertioga*
Lagoinha	São José dos Campos		São Luiz do Paraitinga	
Lorena			Taubaté	
Piquete				
Potim				
Tremembé				

*Nota: Bertioga está integrado a região turística do Litoral Norte de São Paulo. O município não pertence à Região do Vale do Paraíba, e sim à Região Metropolitana da Baixada Santista, São Paulo.

Fonte: Brasil (2023).

É notável que parcela significativa dos municípios situados no Vale do Paraíba, integra uma das cinco regiões turísticas apresentadas. Isso indica um considerável interesse por parte da gestão municipal em alinhar-se às atribuições do programa, visando à inclusão no Mapa do Turismo. Os municípios que não fazem até o ano da pesquisa são: Arapeí, Areias, Bananal, Jambuí, Lavrinhas, Redenção da Serra, Roseira, Santa Branca, Silveiras e Queluz.

A Região Turística da Fé possui uma rica oferta de atrativos culturais que se entrelaçam entre a espiritualidade e a história. Esta rota possui um maior número de municípios integrantes. Essa prática secular é uma demonstração de fé e devoção, princípios espirituais intrinsecamente ligados à crença pessoal e a sua forma de expressão, os quais motivam mais de 13 milhões de pessoas a conhecer ou visitar principalmente em datas comemorativas religiosas.

2.2 Dados IPEA: políticas públicas

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é um instituto de pesquisa brasileiro que se dedica ao estudo de temas econômicos e sociais. Foi criado em 1964 e, ao longo do tempo, é referência em diversas áreas, como economia, sociologia, demografia e políticas públicas, e seus estudos são utilizados por governos, empresas, organizações da sociedade civil e pesquisadores de todo o Brasil. É um órgão público federal, vinculado ao Ministério da Economia, e tem como

objetivo principal fornecer estudos e análises para auxiliar na formulação de políticas públicas no Brasil.

Em 2022, a fim de democratizar o acesso de dados públicos, o IPEA criou em uma plataforma online, o Catálogo de Políticas Públicas implementadas no Brasil nas últimas décadas, no âmbito do Poder Executivo Federal com o objetivo de fortalecer a gestão pública, promover a transparência e ampliar o acesso à informação sobre as políticas públicas federais no Brasil. Abaixo segue a Tabela com as principais informações destas políticas.

Tabela 2 - Políticas Públicas implementadas no Brasil referente à cultura
(continuação...)

Ano	Política Pública	Legislação	Categoria do público alvo
1973	Política de Direito Autoral	Lei Ordinária - 5988/1973	Sem Especificação
1977	Programa Nacional de Desenvolvimento do Artesanato	Decreto - 80098/1977	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais
1986	Lei Sarney de Incentivo à Cultura	Lei Ordinária - 7505/1986	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais
1988	Programa Nacional do Centenário Da República	Decreto - 96630/1988	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais
1991	Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC) - Lei Rouanet	Lei Ordinária - 8313/1991	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais
1991	Programa do Artesanato Brasileiro (PAB)	Decreto - Sem Número - Foi Revogado e Recriado pelo Decreto 1508/1995	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais; Trabalhadores e Trabalhadoras Urbanos
1992	Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER)	Decreto - 519/1992	População em Geral
1992	Programa Nacional destinado às Comemorações do Centenário de Nascimento do Escritor Graciliano Ramos	Lei Ordinária - 8425/1992	População em Geral
1993	Política de Fomento à Atividade Audiovisual – Lei do Audiovisual	Lei Ordinária - 8685/1993	Sem Especificação
2000	Programa Nacional do Patrimônio Imaterial	Decreto - 3551/2000	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais
2001	Política Nacional de Cinema	Medida Provisória 2228-1/2001	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais
2003	Política Nacional do Livro	Lei Ordinária - 10753/2003	População em Geral
2003	Política Nacional de Museus	Não encontrada	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais
2004	Programa Nacional de Cultura, Educação e Cidadani – CULTURA VIVA	Portaria - 156/2004	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais
2006	Plano Nacional de Livro e Leitura (PNLL)	Portaria - 1442/2006	Sem Especificação

Tabela 2 - Políticas Públicas implementadas no Brasil referente à cultura
(conclusão)

2006	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Infraestrutura do Cinema e do Audiovisual (PROINFRA)	Lei Ordinária - 11437/2006	Sem Especificação
2006	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Audiovisual (PRODAV)	Decreto - Lei Ordinária - 11437/2006	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais
2006	Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Cinema Brasileiro (PRODECINE)	Lei Ordinária - 11437/2006	Sem Especificação
2007	Programa Mais Cultura	Decreto 6226/2007	Decreto Comunidade Escolares e seus Membros (Educação Básica, Educação Profissional, Técnica/Tecnológica e Continuada)
2010	Plano Nacional de Cultura (PNC)	Lei Ordinária - 112343/2010	Sem Especificação
2012	Programa Cinema Perto de Você	Medida Provisória 545/2011	População em Geral
2012	Programa de Cultura do Trabalhador	Lei Ordinária - 12761/2012	Trabalhadores e Trabalhadoras Urbanos
2014	Política Nacional de Cultura	Lei Ordinária - 13018/2014	Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social
2017	Política Nacional de Educação Museal (PNEM)	Portaria - 422/2017	Comunidades Escolares e seus Membros (Educação Básica, Educação Profissional, Técnica/Tecnológica e Continuada)
2018	Política de Regulação da Gestão Coletiva dos Direitos Autorais	Decreto 8469/2015	Sem Especificação
2018	Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE)	Lei Ordinária - 13696/2018	Sem Especificação
2018	Política de Patrimônio Cultural Material do IPHAN	Portaria - 375/2018	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais
2018	Política de Promoção e Defesa dos Direitos Autorais	Decreto 8469/2015	Sem Especificação
2020	Lei Aldir Blanc	Legislação - 1417/2020	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais
2021	Programa de Serviço Voluntário do Instituto Brasileiro de Museus	Portaria - 636/2021	População em Geral
2022	Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura	Lei Ordinária - 14399/2022	Sem Especificação
2023	Programa Nacional dos Comitês de Cultura	Portaria - 64/2023	População em Geral
2023	Programa Territórios da Cultura	Portaria - 68/2023	Pessoas em Situação de Vulnerabilidade Social
2024	Programa Ancestralidade Viva. Apoio e Incentivo à Cultura dos Povos Indígenas	Portaria - 92/2023	Portaria - 648/2023 Povos e Comunidades Tradicionais
2024	Projeto Adote um Museu	Lei Ordinária - 14.980/2024	Artistas, Artesãos, Trabalhadores da Cultura e Produtores Culturais; População em Geral

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA. Dados organizados pela autora (2024).

Perceba que antes mesmo da promulgação da Constituição Federal de 88, leis

de incentivo a cultura foram implementadas no país na década de 70. Fruto das iniciativas entre o Estado e classe artística, essas ações pionieras pavimentaram o caminho para a formulação de outras legislações que valorizam a diversidade cultural. Mas, foi a partir dos 2000 que

[...] o tópico repercutiu na pauta da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), determinando na Assembleia Geral em novembro de 2001, que fosse promovido o Ano Internacional do Patrimônio Cultural em 2002 (Bento; Gomes; Silva, 2023, p. 5).

O aumento na implementação de leis de incentivo à cultura no Brasil após os anos 2000 reflete um reconhecimento da importância da cultura para o país, o fortalecimento do setor cultural, a diversificação das modalidades de apoio, e a criação de marcos legais importantes. Apesar dos desafios, as leis de incentivo têm desempenhado um papel fundamental no fomento à produção cultural e no desenvolvimento do setor.

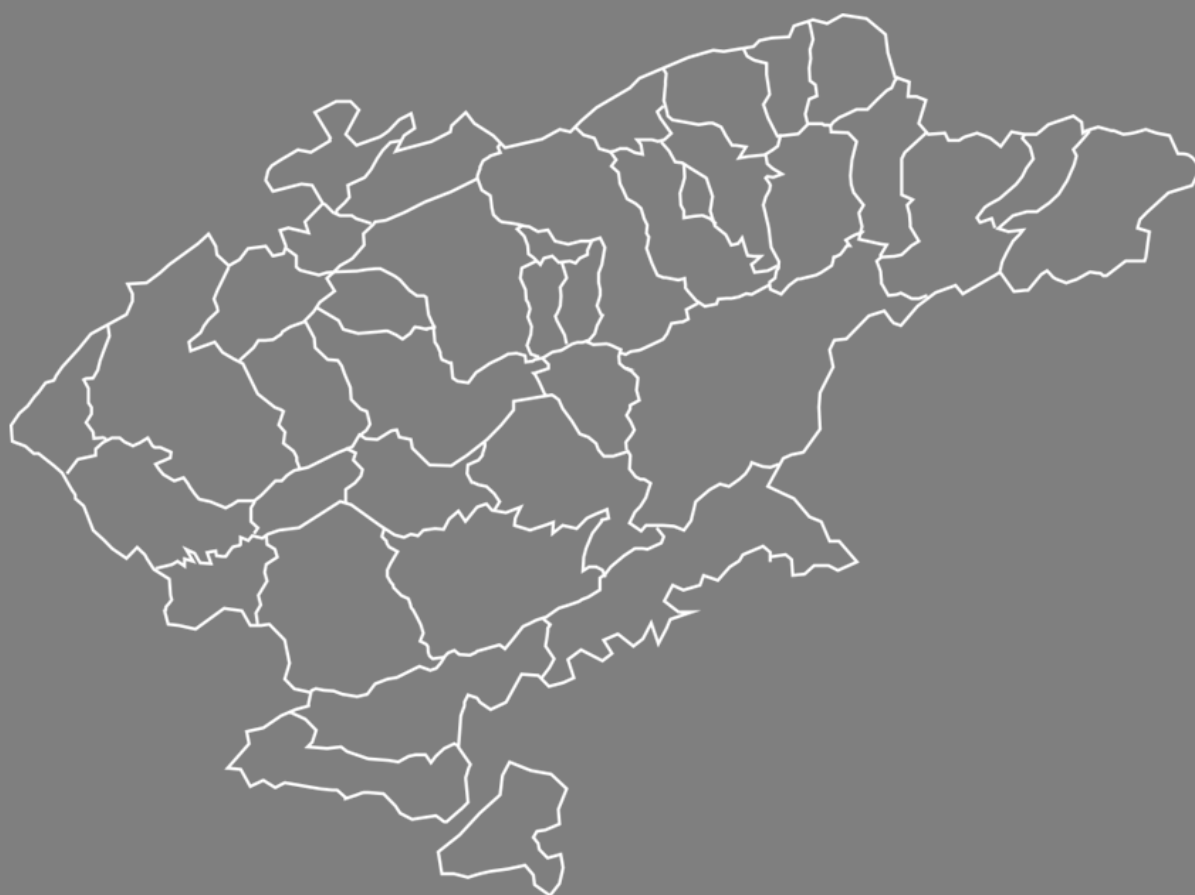
Evidenciam-se aqui as políticas direcionadas a promoção da cultura e do patrimônio imaterial, como, o Decreto - 3551/2000 (Brasil, 2000) que se destaca por instituir o registro de bens culturais imateriais e conceber o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial. De acordo com o Art. 8º “fica instituído, no âmbito do Ministério da Cultura, o “Programa Nacional do Patrimônio Imaterial”, visando à implementação de política específica de inventário, referenciamento e valorização desse patrimônio”.

No que tange a temática do estudo, atributos turísticos e atrativos culturais atualmente estes fazem parte dos debates e reflexões acerca do desenvolvimento regional. A gestão do patrimônio cultural e o planejamento urbano são processos intrinsecamente ligados e complementares, que se influenciam mutuamente. Ao integrar a preservação do patrimônio cultural aos planos de desenvolvimento urbano, é possível construir cidades mais democráticas, com uma identidade própria e singular, beneficiando tanto as gerações presentes quanto às futuras.

Reconhecendo a importância da tecnologia para o desenvolvimento, Santos (1994) destaca que a tecnologia é um viés importante para o desenvolvimento das cidades, como por exemplo, o acesso à informação, que facilita que os cidadãos participem ativamente da vida da cidade e tenham acesso a serviços públicos.

Patrimônio Cultural

SEÇÃO 3: UMA
ABORDAGEM EM
ESCALA REGIONAL



SEÇÃO 3: UMA ABORDAGEM EM ESCALA REGIONAL

A região de estudo, o Vale do Paraíba, possui uma geografia marcada por relevo acidentado, chamado de “Mares de Morros”, localizado entre duas formações montanhosas, a Serra da Mantiqueira (que se estende por três estados São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) e a Serra do Mar (que se estende ao longo do litoral, indo do Rio de Janeiro ao Rio Grande do Sul). Entre essas cadeias montanhosas, se encontra ao centro o Rio Paraíba do Sul, caminho natural de penetração e comunicação, como caracteriza Pasin (1992). A região foi terra indígena que virou palco de expedições e explorações, mas também abrigou e elevou núcleos de povoamento.

Figura 7 - Mapa do Vale do Paraíba e Litoral e Norte



Fonte: MapChart. Elaborado pela autora (2024).

Entre os séculos XVII e XIX houve grandes transformações no espaço urbano de ordem física, social e cultural, e juntamente com a expansão colonial transformou a região, que antes era apenas um corredor de passagem e a cada ciclo econômico foi se estabelecendo e consolidando pequenos povoados.

Aos poucos, a paisagem regional passou a ser transformada pela utilização

dos recursos naturais e pela apropriação simbólica do espaço. Foram construídos os caminhos levantadas as capelas, surgiram roças, pousos e os primeiros povoados (Almeida, 2019, p. 24).

Durante o período colonial as povoações posicionaram-se ao longo do rio Paraíba e dos caminhos. As primeiras construções nos lugarejos e vilas do Vale do Paraíba surgiram na primeira metade do século XVII (ou seja, em por volta de 1650), a partir do povoamento da região, pelos colonizadores portugueses. Nestes primeiros tempos houve influências do estilo bandeirista. Infelizmente, os testemunhos arquitetônicos desta fase, ligados a uma economia de subsistência e à pobreza geral da população, desapareceram.

Localizada no estado de São Paulo, a região de grande importância histórica, econômica e geográfica, compreende várias cidades que se destacam pela diversidade de setores econômicos, como São José dos Campos, conhecida por ser um polo industrial e tecnológico de relevância global, abrigando empresas como a Embraer e instituições de ponta como o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA). A região tem uma economia robusta, fortemente influenciada pela indústria aeroespacial, automobilística e tecnológica, com cidades como Taubaté e Jacareí sendo importantes polos industriais.

Figura 8 - Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN)



Fonte: Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (2024).

Historicamente, o Vale do Paraíba teve grande relevância no período do ciclo do café, sendo uma das principais regiões produtoras do Brasil no século XIX. Embora o café tenha perdido protagonismo, a herança desse período ainda é visível na arquitetura e na formação socioeconômica da região. A área também é marcada por sua infraestrutura estratégica, com a Rodovia Presidente Dutra, principal ligação entre São Paulo e Rio de Janeiro, e por sua proximidade com o Porto de São Sebastião e o Aeroporto de São José dos Campos.

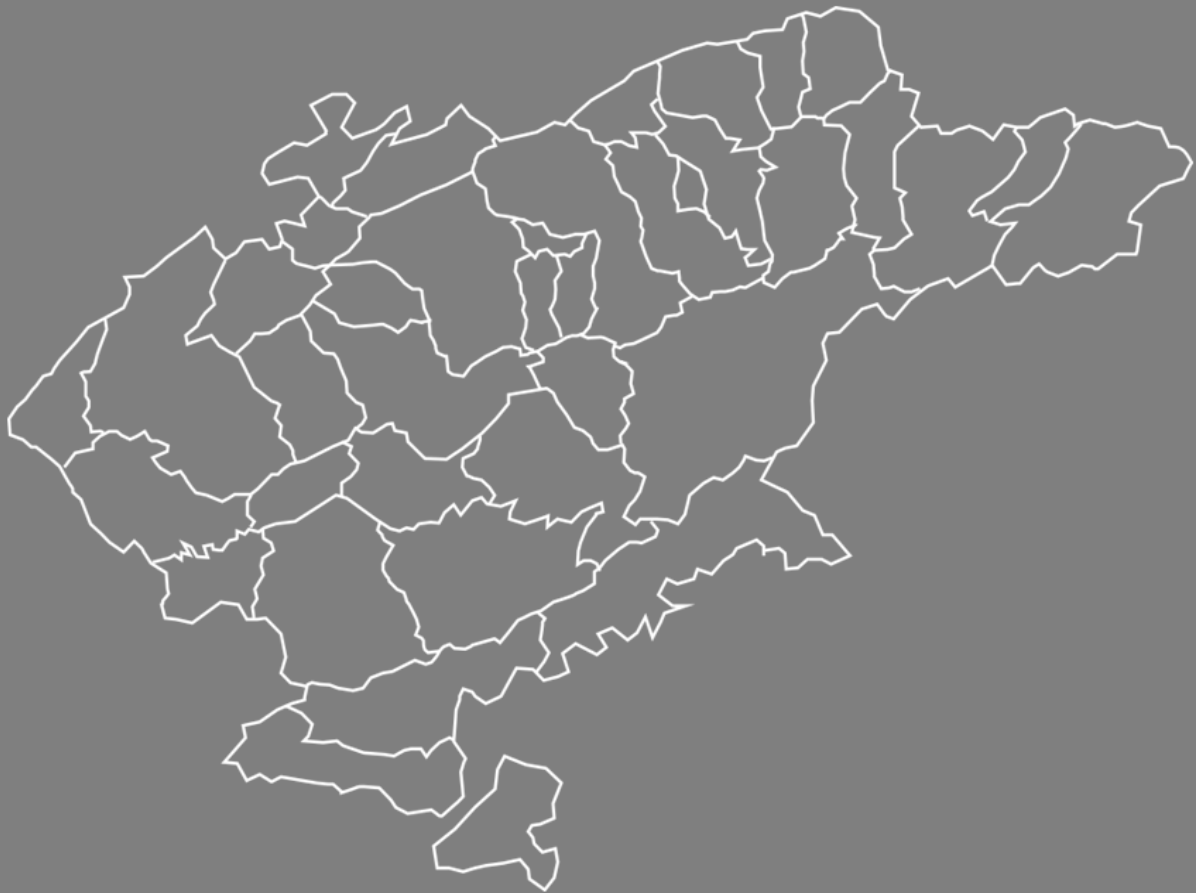
Além do setor industrial, o Vale do Paraíba destaca-se pela rica diversidade natural. As Serras da Mantiqueira e do Mar abrigam áreas de proteção ambiental que atraem turistas e pesquisadores, além de fornecerem importantes recursos hídricos. O turismo, tanto de montanha quanto nas cidades do Litoral Norte de São Paulo, também é uma atividade crescente, com destaque para Campos do Jordão e as praias de Ubatuba e Ilhabela. O Vale do Paraíba segue como um importante eixo de crescimento para o estado de São Paulo, combinando inovação tecnológica, riqueza natural e herança histórica.

Em 2012 é criada pela Lei Complementar Estadual nº 1.166 (São Paulo, 2012), a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral, localizada no estado de São Paulo, uma área estratégica e diversificada, com relevância econômica, histórica e ambiental. A RMVPLN abrange 39 municípios, incluindo municípios importantes como São José dos Campos, Taubaté e Caraguatatuba, além de áreas litorâneas e serranas. A região é uma das mais dinâmicas do Brasil, reunindo indústrias de alta tecnologia.

Ao longo dos séculos, a região desempenhou um papel central na história do Brasil, especialmente durante o ciclo do café, quando se consolidou como um dos principais núcleos de produção e exportação. Esse período deixou um legado material e imaterial que inclui fazendas, casarões, igrejas, centros urbanos coloniais e uma rica diversidade de tradições, expressões culturais e modos de vida que formam parte da identidade local.

Patrimônio Cultural

SEÇÃO 4: VISÃO
PANORÂMICA DA
GESTÃO E DOS
BENS CULTURAIS



SEÇÃO 4: VISÃO PANORÂMICA DA GESTÃO E DOS BENS CULTURAIS

Esta seção dedica-se aos resultados de pesquisa que foi realizada durante o período de setembro de 2022 a setembro de 2024, o qual apresenta nas próximas páginas importantes dados relacionados à gestão do patrimônio cultural da RMVPLN e também o patrimônio cultural tombado, registrado e reconhecido pela municipalidade.

Para compreender de forma completa a atual gestão do patrimônio cultural, no decorrer da pesquisa houve-se a necessidade de verificar os outros dois importantes órgãos que são atuantes na região e se dedicam na preservação dos bens culturais, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT).

Os dados resultantes encontram-se organizados e classificados nos quadros e mapas apresentados abaixo. A estrutura do Quadro 1, apresenta na primeira coluna (na cor cinza) os 39 municípios, a segunda coluna (na cor azul escuro) contém as informações sobre os órgãos públicos responsáveis pela patrimônio cultural na região, considerando os três níveis de governo e a terceira coluna (na cor vermelho bordô) apresenta o patrimônio cultural reconhecido em nível municipal.

O termo reconhecido é porque já existe valorização destes bens por parte da municipalidade e para cada classificação dos bens seguiu-se caminhos complementares a fim de promover um olhar em especial sobre o patrimônio imaterial, este que é um bem pouco fomentado e divulgado.

Relebrando que a pesquisa se ateu ao patrimônio material (como construções históricas, ruínas e paisagens) e patrimônio imaterial (como festas populares, danças e saberes tradicionais).

A pesquisa do bem cultural material foi realizada no Google Maps e alguns locais estão permanentemente fechados (destacados em vermelho), outros locais não foram possíveis fazer a verificação destes no município (destacados em amarelo) por meio dos endereços constados online e ocorre também a falta de acesso às vias pela ferramenta.

4.1 Os órgãos públicos gestores e os bens culturais

Os órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio cultural desempenham um papel crucial na preservação da herança histórica, artística, paisagística e cultural do país, suas regiões e territórios. Essas instituições governamentais têm a missão de garantir a perpetuação e o acesso ao legado cultural, por meio de um conjunto de ações que podem abranger tombamento, registro, inventário, restauração, divulgação e educação patrimonial.

Quadro 1 - Órgão Público Responsável e o Patrimônio Cultural da RMVPLN

MUNICÍPIOS		ÓRGÃO PÚBLICO E BENS MATERIAIS TOMBADOS			PATRIMÔNIO CULTURAL RECONHECIDO EM NÍVEL MUNICIPAL	
		NÍVEL FEDERAL: IPHAN	NÍVEL ESTADUAL: CONDEPHAAT	NÍVEL MUNICIPAL:	BEM CULTURAL MATERIAL	BEM CULTURAL IMATERIAL
1	Aparecida	Não consta tombamento	<ul style="list-style-type: none"> - Basílica de Nossa Senhora Aparecida - E. E. Chagas Pereira - Imagem de Nossa Senhora Aparecida - Seminário Missionário Bom Jesus 	Secretaria de Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Basílica Histórica de N. S. Aparecida - Santuário Nacional de N. S. Aparecida - Paróquia Nossa Senhora da Conceição Aparecida e São Benedito - Igreja de Nosso Senhor do Bonfim - Seminário Missionário Bom Jesus - Porto Itaguaçu - Igreja São Geraldo Majela - Mirante das Pedras - Morro do Cruzeiro - Passarela da Fé - Estação Ferroviária - Centro de Apoio ao Romeiro - Aquário de Aparecida - Morro do Presépio - Memorial Redentorista Pe. Vitor Coelho - Bondinhos - Cidade do Romeiro <p>(No total são 17 bens reconhecidos)</p>	- Feira Livre de Aparecida
2	Arapeí	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Diretoria de Cultura	Não localizado	Não localizado
3	Areias	Não consta tombamento	<ul style="list-style-type: none"> - Casa de Câmara e Cadeia de Areias - Casa do Capitão-Mor e Casa Vizinha - Sobrado na Rua Nove de Julho, nº 136 - Sobrado na Rua Quinze de Novembro 	Secretaria de Cultura, Turismo e Patrimônio Histórico	<ul style="list-style-type: none"> - Igreja Matriz de Sant'Ana - Fazenda Vargem Grande - Hotel e Pousada Sant'Ana - Escola Estadual Barão da Bocaina - Mirante da Revolução Constitucionalista de 1932 - Casa da Cultura <p>(No total são 06 bens reconhecidos)</p>	Não localizado
4	Bananal	Não consta tombamento	<ul style="list-style-type: none"> - Centro Histórico de Bananal - Estação Ferroviária de Bananal - Sede da Fazenda Resgate - Sobrado Vallim 	Secretaria de Cultura, Turismo, Segurança e Trânsito	<ul style="list-style-type: none"> - Solar Aguiar Valim - Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus do Livramento - Estação - Locomotiva Tereza Cristina <p>(No total são 04 bens reconhecidos)</p>	Não localizado
5	Caçapava	Não consta tombamento	<ul style="list-style-type: none"> - Coleção de Veículos e Acessórios do Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas - E.E. Ruy Barbosa 	Secretaria Municipal de Cultura e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Igreja Matriz de São João Batista - Mercado Municipal - Espaço Cultural do Regimento Ipiranga - Museu Paulista de Antiguidades Mecânicas - Igreja de Nossa Senhora D'Ajuda - Grupo Escolar Ruy Barbosa - Praça da Bandeira e Coreto - Complexo Ferroviário: Estação e Armazém Forno de di Taro - Museu Histórico e Pedagógico Ministro 	- Doce Taiada

					José de Moura Resende - Parque Ecológico da Moçota (No total são 10 bens reconhecidos)	
6	Cachoeira Paulista	Não consta tombamento	- E. E. Dr Evangelista Rodrigues - Estação Ferroviária de Cachoeira Paulista	Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Eventos	- Estação Ferroviária - Comunidade Canção Nova - Paróquia de São Sebastião - Monumento Padre Léo - Santuário Pai das Misericórdias - Matriz de Santo Antônio de Pádua - Igreja Bom Jesus da Cana Verde - Usina Hidrelétrica Serra da Bocaina - Museu Histórico e Pedagógico Dr. Costa Júnior - Teatro Municipal - Praça Prado Filho - Parque Ecológico Nelson Lorena (No total são 12 bens reconhecidos)	Não localizado
7	Campos do Jordão	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Secretaria de Valorização de Cultura	Não localizado	Não localizado
8	Canas	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Diretoria de Cultura, Turismo e Esportes	- Igreja Nossa Senhora Auxiliadora - Igreja de São Benedito - Igreja de Santo Antônio - Fazenda Santo Antônio - Fazenda São Pedro (No total são 05 bens reconhecidos)	Não localizado
9	Caraguatatuba	Não consta tombamento	- Ilhas, ilhotas e lajes - Serra do Mar e de Paranapiacaba	Conselho Municipal de Política Cultural (CMPCC)	Não localizado	- Festa de São Pedro - Festa de Santa Teresinha - Festa de Iemanjá - Festa do Divino Espírito Santo
10	Cruzeiro	Não consta tombamento	- Complexo da Estação Ferroviária de Cruzeiro - E. E. Dr. Arnolfo Azevedo - Rotunda - Solar do Major Novaes	Secretaria Municipal de Esporte, Cultura, Lazer e Juventude	- Bosque Municipal - Centro de Educação Ambiental de Cruzeiro - Parque Infantil "Carlos Magina Filho" (No total são 03 bens reconhecidos)	- Canção de Cruzeiro "Hino Oficial do Município"
11	Cunha	Não consta tombamento	- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição - Igreja Nossa Senhora do Rosário dos Pretos - Mercado Municipal - Sobrado à Praça Coronel João Olímpio, nº 52 - Rua Dom Lino, 49, 53, 93, 101 - Praça Cônego Siqueira, 1, 46, 58, 91, 97, 117; - Travessa Paulo Virgílio, 10; - Rua Comendador João Vaz, 43; - Praça Coronel João Olímpio, 05, 09, 17, 27, 65, 91; - Rua João Manoel Rodrigues, 17 - Rua Major Santana, 53 - EMEF DR. Casemiro Rocha - Serra do Mar e de Paranapiacaba	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	Não localizado	Não localizado

12	Guaratinguetá	Não consta tombamento	- Antigo Teatro Carlos Gomes, atual Prefeitura Municipal de Guaratinguetá - Casa do Conselheiro Rodrigues Alves	Secretaria de Cultura	- Igreja Matriz Santo Antônio de Guaratinguetá - Paróquia Nossa Senhora das Graças	Não localizado
			- Casa Térrea à Rua Frei Galvão - Catedral de Santo Antônio, altares e respectivas imagens - Diretoria de Ensino Cel Prof. Alfredo de Barros Santos - E.E. Dr. Flaminio Lessa - EE Conselheiro Rodrigues Alves - Estação Ferroviária - Igreja de Santa Rita		- Igreja de Santa Rita - Casa de Rodrigues Alves - Caixa d'Água - Escola Estadual "Conselheiro Rodrigues Alves" - Aqueduto da Fazenda Esperança - Casa de Frei Galvão - Busto do Dr. Homero Ottoni - Estátua do Conselheiro Rodrigues Alves - Dois carros de cozinha, de tração animal - Busto do Dr. Benedito Meirelles - Busto do Comendador Rodrigues Alves - Marco zero - Monumento às Três Garças - Busto da Mãe Preta, Relógio do Sol e Placa das 7 Maravilhas - Busto do Ministro José Geraldo Rodrigues de Alckmin - Busto de Monsenhor Rodrigo - Busto do Dr. Euryclides de Jesus Zerbini - Marco geográfico e geodésico - Chafariz de Dona Ignez Theodora - Túmulos da área antiga do Cemitério da Irmandade do Senhor dos Passos - Primeira Estátua de Frei Galvão - Segunda Estátua de Frei Galvão (No total são 24 bens reconhecidos)	
13	Igaratá	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Secretaria Municipal de Educação e Cultura	Não localizado	- Orquestra de Viola Cidade das Águas
14	Ilhabela	- Fazenda do Engenho D'Água: Casa	- Cadeia e Fórum de Ilhabela - Sede da Fazenda Engenho D'Água - Serra do Mar e de Paranapiacaba	Secretaria Municipal de Cultura	Não localizado	Não localizado
15	Jacareí	Não consta tombamento	- Capela de Nossa Senhora dos Remédios - Edifício da Manufatura de Tapetes Santa Helena - Solar Gomes Leitão	Fundação Cultural de Jacarehy	Não localizado	Não localizado
16	Jambeiro	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Diretoria de Cultura de Turismo	Não localizado	Não localizado
17	Lagoinha	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Secretaria de Cultura e Turismo	Não localizado	- Festa do Divino Espírito Santo - EXPOLAG (Exposição agropecuária) - Requeijão de prato

18	Lavrinhas	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Secretaria de Turismo e Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Estação Ferroviária - Prefeitura Municipal - Casarão de Pinheiros - Fonte Mirífica - Fazenda Rio Claro - Santo Cruzeiro - Casa do Artesão - Paróquia São Francisco de Paula - Capela Nossa Senhora Auxiliadora - Ponte de Arco sobre o Rio Paraíba do Sul - Ponte de Ferro sobre o Rio Paraíba do Sul 	Não localizado
					<ul style="list-style-type: none"> - Pontilhão - Casarão Chalet - Sobradão dos Fortes <p>(No total são 14 bens reconhecidos)</p>	
19	Lorena	Não consta tombamento	<ul style="list-style-type: none"> - E. E. Conde Moreira Lima - Sobrado do Conde Moreira Lima - Solar dos Azevedos 	Secretaria de Cultura	<ul style="list-style-type: none"> - Catedral de Nossa Senhora da Piedade - Santuário São Benedito - Igreja de Nossa Senhora do Rosário - Aldeias de Vida - Núcleo Lorena - Centro Cultural Memorial Padre Léo - Comunidade Bethânia - Casa da Cultura - Solar Conde Moreira Lima - Palacete Veneziano - Parque Ecológico do Mondesir - Parque Ecológico do Taboão - Praça Dr. Amolfo de Azevedo - Parque Municipal Águas do Barão <p>(No total são 12 bens reconhecidos)</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Procissão Fogaréu - Festa de Nossa Senhora da Piedade
20	Monteiro Lobato	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Secretaria de Cultura e Turismo	Não localizado	Não localizado
21	Natividade da Serra	Não consta tombamento	<ul style="list-style-type: none"> - Sede da Fazenda Ponte Alta - Serra do Mar e de Paranapiacaba 	Departamento de Cultura	Não localizado	Não localizado
22	Paraibuna	- Fazenda da Conceição: Casa	<ul style="list-style-type: none"> - Sede da Fazenda Conceição - Serra do Mar e de Paranapiacaba 	Departamento Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer	Não localizado	Não localizado
23	Pindamonhangaba	Não consta tombamento	<ul style="list-style-type: none"> - Casa de Câmara e Cadeia de Pindamonhangaba (atual Palacete Tiradentes) - E. E. Dr. Alfredo Pujol - Estação Ferroviária de Pindamonhangaba e seu pátio envoltório - Igreja de São José da Vila Real - Palacete Palmeira - Palácio 10 de Julho 	Secretaria de Cultura e Turismo	<ul style="list-style-type: none"> - Igreja Matriz de Nossa Senhora do Bom Sucesso - Palacete 10 de Julho - Museu Histórico e Pedagógico Pedro I e Dona Leopoldina - Igreja de São José - Palacete Tiradentes - Praça Monsenhor Marcondes - Escola Pujol - Estação Ferroviária - Mercado Municipal - Praça do Cruzeiro - Sobrado Família Salles <p>(No total são 11 bens reconhecidos)</p>	Não localizado

24	Piquete	Não consta tombamento	- Estação Ferroviária de Piquete	Secretaria Municipal de Turismo e Cultura	- Pórtico da Fábrica Presidente Vargas - Cine Estrela do Norte - Clube Elefante Branco Piquete - Hospital - Estação Ferroviária Rodrigues Alves - Santuário São Miguel Arcanjo - Casa Um da Vila Militar - Antiga Locomotiva - Museu de Piquete - Usina Hidrelétrica F.P.V - Igreja Metodista (No total são 10 bens reconhecidos)	- Jongo de Piquete - Boi de carnaval
25	Potim	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Secretaria Municipal de Esportes, Cultura e Lazer	- Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus - Casa do Artesão (No total são 02 bens reconhecidos)	Não localizado
26	Queluz	Não consta tombamento	- Conjunto da Estação Ferroviária - EMEF Cap. José Carlos de Oliveira	Diretoria de Cultura, Turismo e Comunicação Social	- Igreja Matriz de de São João Batista - Centro Cultural Malba Tahan	- Festa de São João
			Garcez		- Escola Capitão José Carlos de Oliveira Garcez - Destroços da Antiga Ponte - Fórum da Comarca - Igreja do Rosário - Estação Ferroviária (No total são 07 bens reconhecidos)	
27	Redenção da Serra	- Fazenda Ponte Alta: Casa	- Igreja Matriz - Antiga Sede da Prefeitura	Secretaria de Cultura	- Igreja Matriz - Prefeitura Antiga (No total são 02 bens reconhecidos)	Não localizado
28	Roseira	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Diretoria de Cultura	Não localizado	Não localizado
29	Santa Branca	Não consta tombamento	- Casa do Ajudante Braga - EMEF Barão Santa Branca	Assessoria de Cultura	- Ponte Metálica - Igreja Matriz - Edifício Ajudante Braga - Igreja do Rosário - Mercado Municipal - Capela São Sebastião (No total são 06 bens reconhecidos)	Não localizado
30	Santo Antônio do Pinhal	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esportes e Lazer	Não localizado	Não localizado

31	São Bento do Sapucaí	Não consta tombamento	- EMEF Cel. Ribeiro da Luz - Igreja Matriz	Secretaria de Turismo, Cultura e Desenvolvimento Econômico	- Igreja Matriz São Bento - Capela Ortodoxa Grega Santo Steliano - Biblioteca Municipal - Museu do Carro de Boi Quim Costa - Museu do Zé Pereira - Arte no Quilombo - Casa da Cultura Prof. Miguel Reale - Museu da Revolução Constitucionalista - Galeria A - Cinema Paradiso - Capelinha de Mosaico I - Capelinha de Mosaico II - Capelinha de Mosaico III - Museu da Viola - Centro Cultural Municipal - Arteben – Casa do Artesão - Espaço de Leitura e Arte — Eugênia Sereno No total são 17 bens reconhecidos)	- Folia de Reis Luz de Belém - Congada São Benedito - Catireiros da Mantiqueira - Ateliê Ditinho Joana - Orquestra Jovem de São Bento do Sapucaí - FAMEF – Fanfarra Mirim - BAMASB – Banda Marcial de São Bento do Sapucaí
32	São José do Barreiro	- Fazenda Pau D'Alho	- Cemitério dos Escravos	Setor de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer	- Igreja Matriz de São José - Cemitério dos Escravos - Fazenda Pau D'Alho (No total são 03 bens reconhecidos)	Não localizado
33	São José dos Campos	Não consta tombamento	- E.E. Sant'Anna do Parnaíba - Igreja de São Benedito - Residência de Olívio Gomes e Parque Ajardinado - Sanatório Vicentina Aranha	Fundação Cultural Cassiano Ricardo	- Igreja de São Benedito - Cine Teatro Paratodos - Capela Nossa Senhora Aparecida - Biblioteca Pública Cassiano Ricardo - Capela São Miguel - Biblioteca Helena Molina - Mercado Municipal - Museu Municipal - Secretaria Estadual de Saúde - Parque Vicentina Aranha - Estação Ferroviária Centro	Não localizado

					<ul style="list-style-type: none"> - Estação Ferroviária Eugênio de Melo - Estação Ferroviária Limoeiro - Estação Ferroviária Engenheiro Martins Guimarães - Antigo Sanatório Vila Samaritana - Capela Santa Cruz - Cine Santana - Setor São Benedito - Parque Roberto Burle Marx - Parque da Cidade: Complexo Tecelagem Parahyba e Fazenda Sant'Ana do Rio Abaixo - Antigo Depósito de Produtos Acabados - DPA do complexo da Tecelagem Parahyba - Antiga Residência Genésia Tarantino - Antiga Residência Mario Alfredo Weiss - Antiga Residência Dr. João Batista de Souza Soares - Pequenas Missionárias De Maria Imaculada - Hospital Antoninho da Rocha Marmo / Capela Nossa Senhora da Saúde, Cruzeiro e Parte frontal - Cadeia de Santana - Faculdade de Direito - UNIVAP - Cine Teatro Benedito Alves - "Casa dos Padres" Instituto Maria Imaculada - Antiga Fazenda Boa Vista Reservatório de Água - Sede da Fazenda Montes Claros <p>(No total são 31 bens reconhecidos)</p>	
34	São Luiz do Paraitinga	<ul style="list-style-type: none"> - Conjunto Histórico e Paisagístico de São Luís do Paraitinga - Casa Natal de Oswaldo Cruz 	<ul style="list-style-type: none"> - Capela Nossa Senhora das Mercês - Centro Histórico de São Luís do Paraitinga - Serra do Mar e de Paranapiacaba - Sobrado na Praça Oswaldo Cruz 	Diretoria Municipal de Turismo e Cultura	Não localizado	<ul style="list-style-type: none"> - Folia do Divino - Congada - Moçambique - João Paulino e Maria Angu - Cavalhada - Dança de Fitas - Jongo - Afogado

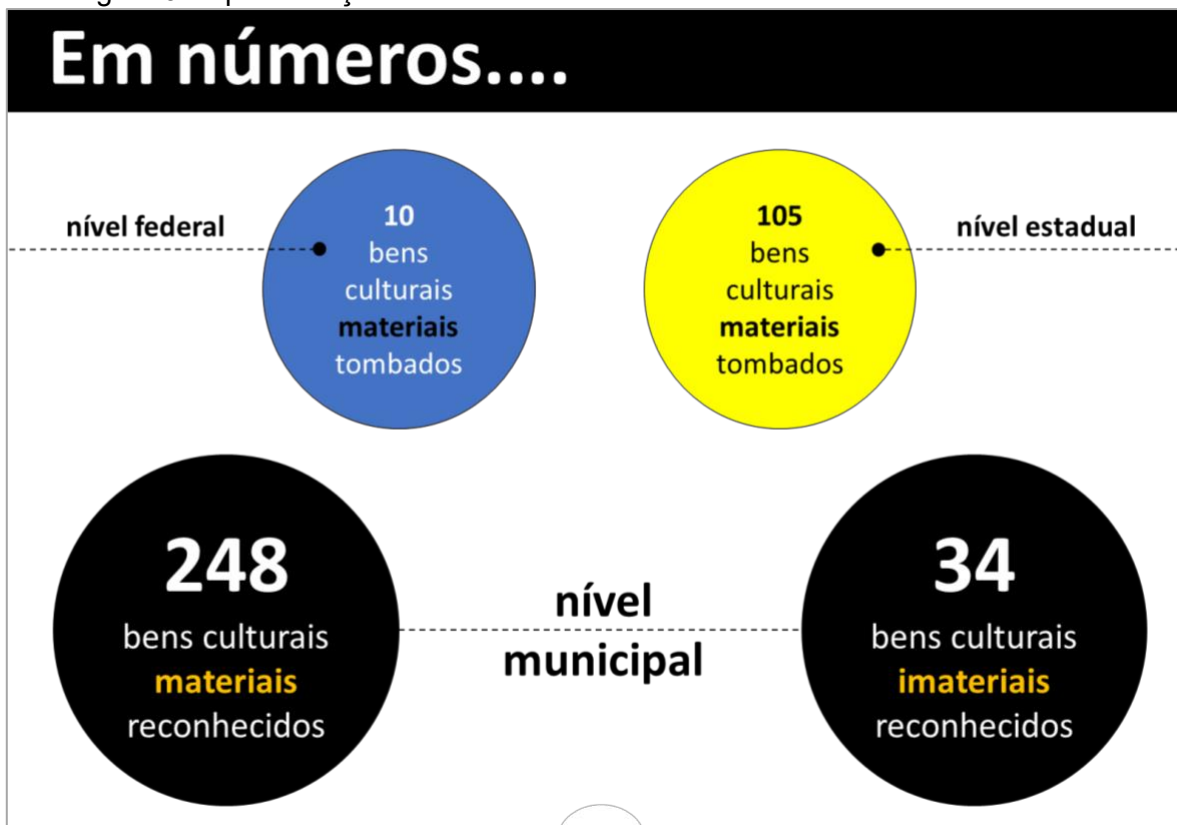
35	São Sebastião	- Casa Sobrado (Avenida Dr. Altino Arantes, 32)	<ul style="list-style-type: none"> - Casa com Teto Pintado (ou Casa Esperança) - Centro Histórico de São Sebastião - Convento Franciscano de Nossa Senhora do Amparo - Ilhas, Ilhotas e Lajes - Sede da Fazenda da Sant'Ana - Serra do Mar e de Paranapiacaba 	Fundação Educacional e Cultural de São Sebastião Deodato Sant'Anna (FUNDASS)	<ul style="list-style-type: none"> - Antigo Grupo Escolar Henrique Botelho / Casa da Cultura - Capela do Senhor Bom Jesus e Museu do Bairro da Enseada - Capela de São Gonçalo - Igreja Nossa Senhora do Carmo - Antiga Casa de Câmara e Cadeia - Casa Dória - Casa Esperança - Fazenda Santana - Igreja Matriz de São Sebastião - Capela Imaculada Conceição e Santo Expedito - Capela Nossa Senhora de Sant'Ana - Capela São Benedito e Nossa Senhora das Graças 	<ul style="list-style-type: none"> - Congada - Festa do Padroeiro São Sebastião
					<ul style="list-style-type: none"> - Capela Nossa Senhora Imaculada da Conceição - Capela Sagrado Coração de Jesus - Capela São Benedito - Capela Mãe Rainha do Guaecá - Convento Franciscano Nossa Senhora do Amparo - Casa Caiçara de São Sebastião - Casa da Farinha Woods Toque-Toque - Biblioteca e Videoteca Municipal Álvaro Dória Orselli – “Seu Alvinho” - Casa da Música - Casa do Patrimônio Histórico - Casa Severino Ferraz - Teatro Municipal - Espaço Cultural Batuira - Museu do Bairro São Francisco <p>(No total são 25 bens reconhecidos)</p>	
36	Silveiras	Não consta tombamento	- Sobrado do Capitão Silveira	Secretaria de Esporte, Lazer, Turismo, Cultura e Eventos	<ul style="list-style-type: none"> - Portal do Tropeiro - Rancho do Tropeiro - Cadela Pública - Espaço Cultural "Nene Emboava" - Paróquia Nossa Senhora da Conceição - Praça Matriz - Praça do Chafariz - Capela de São Benedito - Santo Cruzeiro - Memorial da Revolução de 1842 - Cemitério - Igreja Nossa Senhora da Divina Revelação <p>(No total são 11 bens reconhecidos)</p>	Não localizado

37	Taubaté	- Capela de Nossa Senhora do Pilar - Chácara do Visconde (ou Casa de Monteiro Lobato)	- Capela de Nossa Senhora do Pilar - Casa de Oliveira Costa - Chácara do Visconde - Companhia Taubaté Industrial - Conjunto da Estação Ferroviária de Taubaté - Convento de Santa Clara - E.E. Dr. Lopes Chaves - Sede da Fazenda Pasto Grande Vila Santo Aleixo	Secretaria de Cultura e Economia Criativa	Não localizado	Não localizado
38	Tremembé	Não consta tombamento	Não consta tombamento	Secretaria de Cultura	- Antiga Estação Ferroviária - Santuário e Basílica do Senhor Bom Jesus - Carmelo da Santa Face e Pio XII - Feira do Artesanato de Tremembé - Museu Histórico e Cultural - Bica da Água Santa - Horto Municipal - Ponte do Rio Paraíba do Sul - Bica - Nossa Senhora Da Glória (No total são 09 bens reconhecidos)	- Romaria Fluvial dos Pescadores
39	Ubatuba	- Sobradão do Porto	- Edifício Paço da Nóbrega - Igreja Matriz de Ubatuba e Cruzeiro	Conselho Municipal de Política Cultural (CMPC)	- Antigo Fórum / FUNDART - Barra dos Pescadores / Mercado	Não localizado
			- Ilhas, Ilhotas e Lajes - Residência Irmãos Gomes - Ruínas do Engenho da Lagoinha - Serra do Mar e de Paranapiacaba - Sobrado do Porto - Unidades Habitacionais de Picinguaba		Municipal de Pescados - Cadeia Velha - Casa da Farinha - Casarão Ateneu Ubatubense - Sobradão do Porto - Igreja Matriz / Paróquia Exaltação da Santa Cruz (No total são 07 bens reconhecidos)	

Fonte: Informações do IPHAN, CONDEPHAAT e Prefeitura Municipal. Organizado pela autora (2024/2025).

O quadro acima apresenta os bens culturais materiais que se encontram sob a tutela de outras esferas governamentais, no total existem 115 bens tombados em nível federal e estadual na RMVPLN.

Figura 9 - Apresentação em números dos bens culturais tombados e reconhecidos



Fonte: Elaborado pela autora com base nas informações do Quadro 1 (2025).

Somado os bens culturais materiais e imateriais, existe o total de 282 bens reconhecidos em nível municipal. Sendo, 248 bens materiais e 34 bens imateriais que são reconhecidos pela gestão municipal, grande parte do legado cultural da região se encontra na área urbana, mas não exclusivamente.

O município de São José dos Campos se destaca por reconhecer 31 bens culturais, grande parte do que ainda existe são edificações religiosas, estações ferroviárias, mercado municipal, entre outros. Isso demonstra o compromisso da Fundação Cultural Cassiano Ricardo em valorizar e reconhecer estes locais que fizeram e fazem parte da história e do cotidiano de moradores e visitantes.

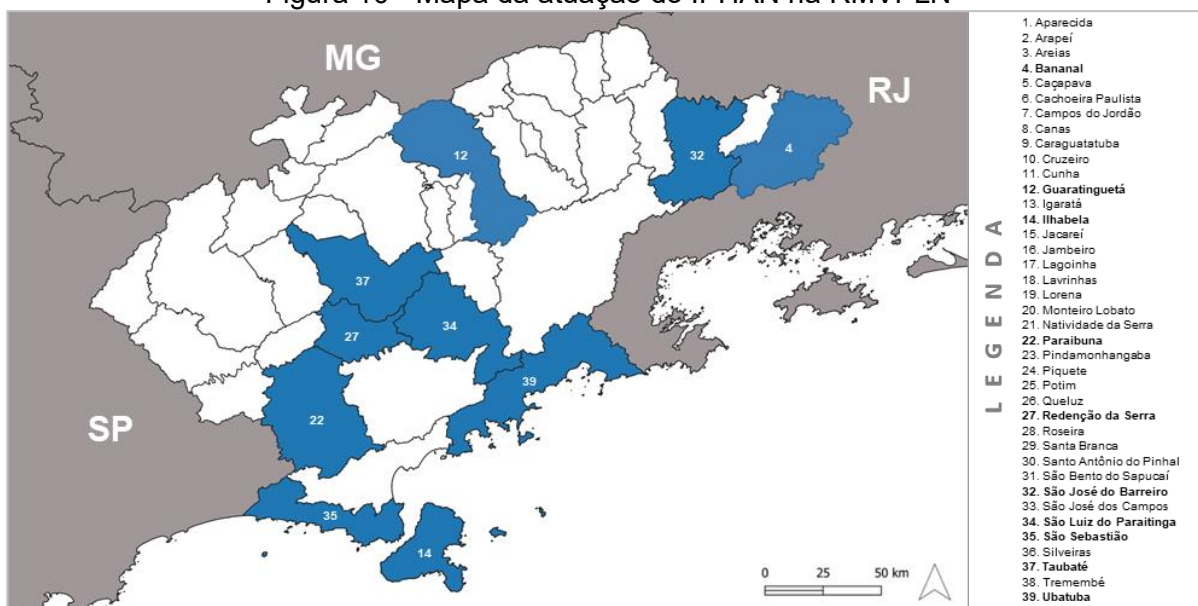
O levantamento realizado revela que as edificações religiosas, especialmente igrejas e capelas, constituem a maior parte do patrimônio reconhecido. Outras edificações históricas que se destacam em quantidade são antigas estações ferroviárias, antigas fazendas e pequenas capelas que estão presentes na zona rural

dos municípios.

Entende-se que a gestão se concentra em um cenário de compartilhamento de responsabilidades entre as diferentes esferas de governo, com a possibilidade de um mesmo bem estar sob a tutela de dois órgãos de proteção. Entre os principais atores envolvidos na administração do patrimônio cultural estão à gestão municipal, além de órgãos especializados, como o CONDEPHAAT e o IPHAN.

Esses órgãos são responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas de preservação, regulamentação e fomento à cultura, bem como pelo estabelecimento de diretrizes para o tombamento e registro dos bens. No âmbito federal, o principal órgão responsável pelo patrimônio cultural nacional é o IPHAN, figura abaixo apresenta a atuação do instituto na região. Abaixo segue mapas demonstrando a atuação dos órgãos na Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte.

Figura 10 - Mapa da atuação do IPHAN na RMVPLN



Fonte: IPHAN (2025b).

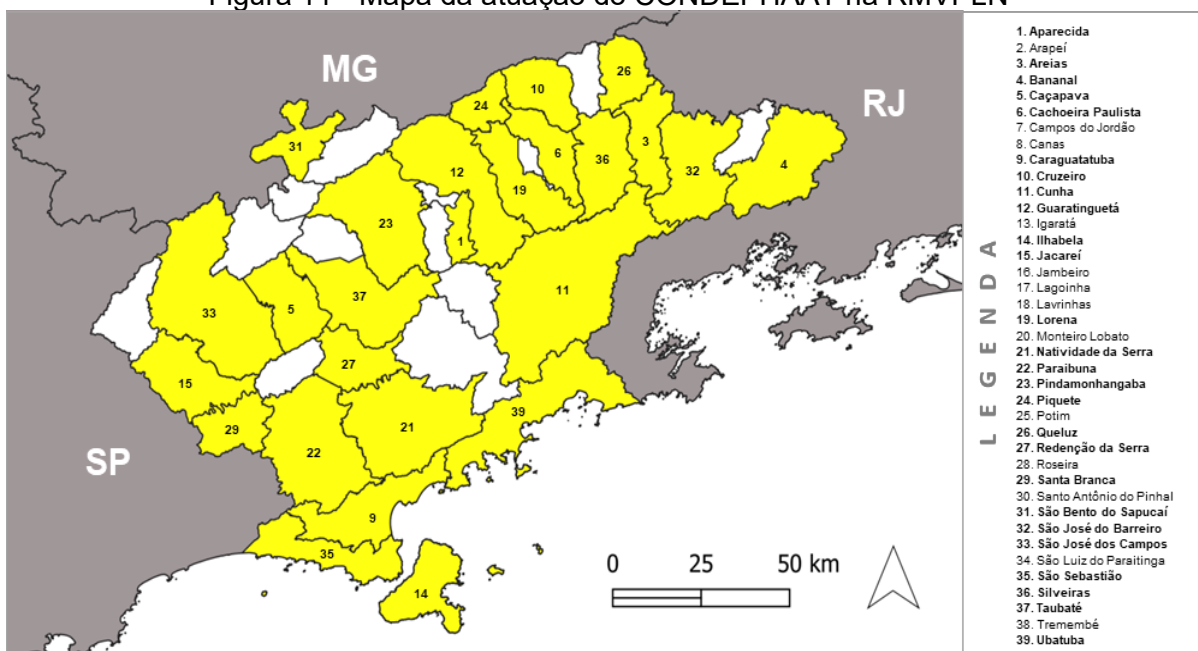
A coleta das informações dos bens culturais materiais tombados em nível federal foram extraídas do penúltimo levantamento realizado e disponibilizado pelo IPHAN em fevereiro de 2024 em seu site. Primeiramente foi realizada a filtragem dos municípios do estado de São Paulo e em seguida considerou-se os municípios que foram instaurados o tombamento, conforme as informações apresentadas na coluna de estágio de instrução do Anexo B.

O IPHAN atua em 10 municípios da RMVPLN, que corresponde a 26% do total do total de municípios da região. Segue abaixo a listagem dos municípios, dos bens tombados e a descrição do Livro de Tombo em que foram inscritas:

- Bananal: Fazenda Resgate: casa (inscrito no Livro de Tombo Histórico);
- Guaratinguetá: Casa de Rodrigues Alves (inscrito no Livro de Tombo Histórico);
- Ilhabela: Fazenda do Engenho d'água: casa (inscrito no Livro de Tombo Histórico e Livro do Tombo Belas Artes);
- Paraibuna: Fazenda da Conceição: casa (inscrito no Livro de Tombo Histórico);
- Redenção da Serra: Fazenda Ponte Alta: casa (inscrito no Livro de Tombo Histórico);
- São José do Barreiro: Fazenda do Pau d'Alho: casa (inscrito no Livro de Tombo Histórico);
- São Luiz do Paraitinga: Conjunto Histórico e Paisagístico de São Luiz do Paraitinga e Casa Natal de Oswaldo Cruz (inscrito no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e Livro de Tombo Histórico);
- São Sebastião: Casa de Sobrado (inscrito no Livro do Tombo Belas Artes);
- Taubaté: Chácara do Visconde e Capela Nossa Senhora do Pilar (inscrito no Livro de Tombo Histórico e Livro do Tombo Belas Artes);
- Ubatuba: Sobradão do Porto (inscrito no Livro do Tombo Belas Artes).

Já no âmbito estadual o CONDEPHAAT é o principal órgão responsável pelo patrimônio cultural no estado de São Paulo, o conselho está presente nos respectivos municípios apresentados no mapa abaixo.

Figura 11 - Mapa da atuação do CONDEPHAAT na RMVPLN



Fonte: CONDEPHAAT (2024a).

De um universo de 39 municípios integrantes da região, 26 (67%) contam com a atuação do CONDEPHAAT, como os municípios de: Aparecida, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Caraguatatuba, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Ilhabela, Jacareí, Lorena, Natividade da Serra, Paraibuna, Pindamonhangaba, Piquete, Queluz, Redenção da Serra, Santa Branca, São Bento do Sapucaí, São José do Barreiro, São José dos Campos, São Luiz do Paraitinga, São Sebastião, Silveiras, Taubaté e Ubatuba.

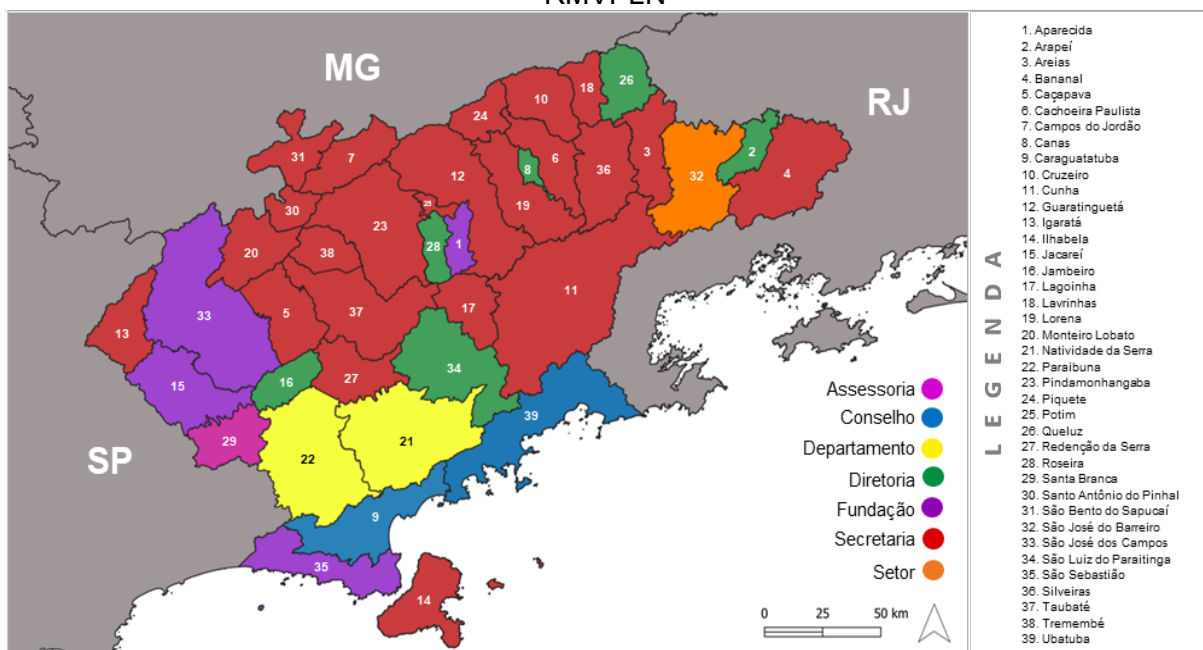
Os dados se revelam de forma significativa sobre a atuação do conselho na proteção de bens culturais materiais nos municípios da RMVPLN. Atualmente, o CONDEPHAAT é responsável pela proteção de 105 bens culturais materiais na região. Dentre os municípios, Cunha se destaca por abrigar 13 desses bens, evidenciando a riqueza de seu patrimônio cultural.

É importante salientar que bens com características naturais estão presentes na pesquisa, a exemplo da Serra do Mar e Ilhas, estas paisagens possuem valor histórico, estético e ecológico e que devem ser asseguradas as futuras gerações por sua importância cultural e ambiental.

O órgão também desenvolve ações de pesquisa, divulgação e educação patrimonial em todo o estado de São Paulo, visando à promoção e valorização do patrimônio cultural, assim como também orientar profissionais e interessados da área.

A análise do primeiro quadro constata na coluna “nível municipal”, a estrutura da administração direta, evidenciando a presença de diversos órgãos envolvidos na área cultural. Dentre eles, destacam-se secretarias responsáveis, além de fundações, conselhos e assessorias, que atuam diretamente ou em apoio às ações de preservação e valorização do patrimônio cultural. A Figura 12 ajuda a compreender essa atuação na região.

Figura 12 - Mapa da gestão municipal no âmbito da cultura e do patrimônio cultural da RMVPLN⁶



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados apresentados nos sites das prefeituras (2024).

A gestão pública do patrimônio cultural nos municípios da RMVPLN é em sua grande maioria centralizada em secretarias municipais de cultura, que muitas vezes possuem divisões internas dedicadas exclusivamente a essa área. A pesquisa também evidencia a relevância da participação da sociedade civil, em parceria com fundações, na promoção de ações culturais.

⁶As informações sobre os órgãos responsáveis pela gestão do patrimônio cultural apresentados no mapa acima (Figura 12) foram coletados no site da prefeitura municipal de cada município da RMVPLN, durante o período de setembro de 2022 e setembro de 2024. Vale ressaltar que os dados podem ter sido alterados após o período da pesquisa.

Essa estrutura organizacional demonstra a importância dada à cultura na administração pública e visa aperfeiçoar a gestão do patrimônio cultural local.

Os municípios que apresentam secretaria (24 dos 39 municípios, correspondente a 62%) são: Aparecida, Areias, Bananal, Caçapava, Cachoeira Paulista, Campos do Jordão, Cruzeiro, Cunha, Guaratinguetá, Igaratá, Ilhabela, Lagoinha, Lavrinhas, Lorena, Monteiro Lobato, Pindamonhangaba, Piquete, Potim, Redenção da Serra, Santo Antônio do Pinhal, São Bento do Sapucaí, Silveiras, Taubaté, Tremembé.

Os municípios que apresentam uma diretoria (6 dos 39 municípios, correspondente a 15%) são: Arapeí, Canas, Jambuí, Queluz, Roseira, São Luiz do Paraitinga.

Os municípios que apresentam um departamento (2 dos 39 municípios, correspondente a 5%) são: Natividade da Serra e Paraibuna.

Os municípios que apresentam uma fundação a frente (3 dos 39 municípios, correspondente a 8%) são: Jacareí, São José dos Campos e São Sebastião.

Os municípios que apresentam um conselho a frente (2 dos 39 municípios, correspondente a 5%) são: Caraguatatuba e Ubatuba.

Os municípios que apresentam uma assessoria a frente (1 dos 39 municípios, correspondente a 3%) é: Santa Branca.

O município de São José do Barreiro está nomeado como setor (1 dos 39 municípios, correspondente a 3%), pois no site não fica claro quanto à definição do órgão responsável.

As secretarias ganham destaque e são essenciais para a execução das políticas públicas, atuando como órgãos da administração direta subordinados ao chefe do executivo em cada esfera de governo. Um dos pontos similares identificados é de que o setor de Cultura está atrelado a outros setores da Prefeitura, são eles: Turismo, Educação, Esportes, Lazer, Comunicação Social, Juventude, Patrimônio Histórico, Eventos, Desenvolvimento Econômico, Economia Criativa, Segurança e Trânsito.

Em resumo, a classificação de um órgão como parte da administração direta ou indireta depende de sua natureza jurídica, autonomia e vinculação com o poder público. Fundações com objetivos específicos, como a cultura, tendem a ser vinculadas à administração direta, enquanto conselhos e assessorias podem fazer

parte tanto da administração direta quanto da administração indireta de uma prefeitura, dependendo de sua natureza jurídica e da forma como foram instituídas.

A análise quantitativa apresentada na pesquisa, embora relevante, não abarca a totalidade do patrimônio cultural da região. Existe uma grande diversidade de bens e culturas que ainda não são do conhecimento da gestão municipal. A presença de outros órgãos que promovem a proteção e divulgação demonstra a relevância do patrimônio cultural dos municípios.

A atuação do órgão é fundamental para garantir a preservação desse patrimônio, transmitindo-o às futuras gerações e fortalecendo a identidade cultural da região. No entanto, a RMVPLN ainda não possui seu patrimônio imaterial registrado pelo IPHAN.

Apesar da existência de uma estrutura hierárquica de governo, é no âmbito municipal que a preservação do patrimônio cultural encontra seu *locus* mais imediato, dada a proximidade da gestão com os bens culturais e com as pessoas que vivem no território.

4.2O protagonismo dos bens culturais imateriais e o espírito do lugar

Os bens culturais imateriais, como as festas, as músicas, as danças, os saberes tradicionais e as crenças, constituem um patrimônio fundamental para a identidade de um povo e para a compreensão do seu lugar no mundo. Ao se vincular intrinsecamente ao cotidiano dos territórios, esses elementos culturais moldam o "espírito do lugar", ou seja, a alma de uma determinada região.

O "espírito do lugar" é um conceito que busca capturar a essência de um determinado local. Ele é formado por uma complexa rede de elementos, tanto tangíveis quanto intangíveis, que se entrelaçam e conferem ao espaço a identidade de lugar. Os bens culturais imateriais desempenham um papel fundamental na construção desse espírito, pois geram um forte senso de pertencimento, transmitem a memória coletiva e definem a identidade regional.

Realizou-se um levantamento e análise dos Planos Diretores Municipais com o objetivo de identificar as atribuições e compromissos municipais para a proteção e valorização do bem cultural imaterial. Adicionalmente, foram pesquisadas leis específicas que incidem sobre esses bens, as quais foram consideradas como um

indicador fundamental do compromisso da gestão municipal com a preservação do patrimônio. Os resultados dessa pesquisa foram sistematizados em um quadro, apresentando os municípios que reconhecem seus bens culturais, as respectivas informações das leis pertinentes.

Deve-se considerar que o Estatuto da Cidade funciona como uma espécie de “caixa de ferramentas” para aplicação da política urbana (Saule Júnior; Rolnik, 2001, p. 21). Essas diretrizes influenciam em diversas áreas das Gestões Municipais, incluindo a formulação de Planos Diretores, legislação municipal para a proteção do patrimônio cultural, entre outras medidas. Dessa forma, fica evidente que a concepção e implementação de um planejamento estruturado e inclusivo são fundamentais para potencializar o desenvolvimento dos municípios.

Nas questões culturais, esta ferramenta é indispensável porque garante que o patrimônio cultural seja visto não apenas como um conjunto isolado de bens a serem protegidos, mas como uma parte integrante do território. O Plano Diretor é, na verdade, o documento-lei mais próximo da população, permitindo a participação direta dos cidadãos em sua formulação. Ele é fundamental para garantir e se efetivar ações de preservação e valorização dos bens culturais.

Para esta etapa da pesquisa, verificamos se os municípios que reconhecem e divulgam seus bens culturais imateriais realmente têm um Plano Diretor. Em seguida, analisamos se esses documentos incluem uma seção específica dedicada ao patrimônio cultural. Adicionalmente, analisou-se a presença de legislação municipal específica para a proteção de cada bem imaterial identificado. Os dados foram coletados diretamente dos sites das prefeituras municipais e estão apresentados na tabela a seguir:

Tabela 3 - Bens Culturais Imateriais da RMVPLN e suas respectivas leis

(continua...)

MUNICÍPIOS		BENS CULTURAIS IMATERIAIS	PLANO DIRETOR	LEI DO BEM
1	Aparecida	Feira Livre de Aparecida	LEI COMPLEMENTAR Nº 1, 16 DE DEZEMBRO DE 2021.	LEI Nº 4.567/2024 DE 02 DE ABRIL DE 2024.
2	Caçapava	Doce Taiada	LEI COMPLEMENTAR Nº 254, DE 05 DE JUNHO DE 2007.	LEI Nº 5911 DE 03 DE DEZEMBRO DE 2021.
3	Caraguatatuba	1) Festa de São Pedro 2) Festa de Santa Teresinha 3) Festa de Iemanjá 4) Festa do Divino Espírito Santo	LEI COMPLEMENTAR Nº 42, DE 24 DE NOVEMBRO DE 2011.	1) LEI Nº 2729 DE 25 DE JUNHO DE 2024 2) LEI Nº 2728 DE 25 DE JUNHO DE 2024 3) LEI Nº 2727 DE 25 DE JUNHO DE 2024 4) LEI Nº 15 DE 15 DE ABRIL DE 2024

Tabela 3 - Bens Culturais Imateriais da RMVPLN e suas respectivas leis
(conclusão)

4	Cruzeiro	Canção de Cruzeiro "Hino Oficial do Município"	LEI Nº 4.776 DE 25 DE FEVEREIRO DE 2019.	LEI Nº 4.851 DE 03 DE OUTUBRO DE 2019.
5	Igaratá	Orquestra de Viola Cidade das Águas	LEI COMPLEMENTAR Nº 12 DE 27 DE OUTUBRO DE 2011.	LEI Nº 2252 DE 11 DE ABRIL DE 2024.
6	Lagoinha	1) Festa do Divino Espírito Santo 2) EXPOLAG 3) Requeijão de Prato	PROJETO DE LEI PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOINHA DE 15 DE JUNHO DE 2023.	1) LEI ORDINÁRIA Nº 1.197 DE 12 DE JUNHO DE 2023 2) LEI ORDINÁRIA Nº 990 DE 15 DE AGOSTO DE 2018 3) LEI ORDINÁRIA Nº 1.077 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2021
7	Lorena	1) Procissão Fogaréu 2) Festa de Nossa Senhora da Piedade	LEI COMPLEMENTAR Nº 244 DE 15 DE DEZEMBRO DE 2016.	1) LEI ORDINÁRIA Nº 4.010, DE 4 DE MAIO DE 2023 2) LEI Nº 3.733, DE 13 DE JULHO DE 2016
8	Piquete	1) Jongo de Piquete Boi de carnaval	LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PIQUETE DE 28 DE ABRIL DE 1990.	1) LIVRO DE REGISTRO DAS FORMAS DE EXPRESSÃO DO IPHAN NO ANO DE 2005
9	Queluz	Festa de São João	PLANO DIRETOR PARTICIPATIVO DO MUNICÍPIO DE QUELUZ DE JANEIRO DE 2015.	Não localizada
10	São Bento do Sapucaí	Folia de Reis Luz de Belém Congada São Benedito Catireiros da Mantiqueira Ateliê Ditinho Joana Orquestra Jovem de São Bento do Sapucaí FAMEF – Fanfarra Mirim BAMASB – Banda Marcial de São Bento do Sapucaí	PROJETO DE LEI PLANO DIRETOR DA ESTÂNCIA CLIMÁTICA DE SÃO BENTO DO SAPUCAÍ DE 01 DE JULHO DE 2015.	Não localizada
11	São Luiz do Paraitinga	1) Dança de Fitas 2) Jongo 3) Afogado Os demais: Folia do Divino (festa) Congada Cavahada Moçambique João Paulino e Maria Angu*	LEI COMPLEMENTAR Nº 1.347, DE 07 DE JANEIRO DE 2010.	1) PROJETO DE LEI Nº 36/2024 2) LEI MUNICIPAL Nº 2.464 DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024 3) LEI MUNICIPAL 2.223/2022 Os demais: DECRETO MUNICIPAL Nº 48/2024
12	São Sebastião	1) Congada 2) Festa do Padroeiro	LEI COMPLEMENTAR Nº 263/2021.	1) DECRETO Nº 3.873 DE 29 DE OUTUBRO DE 2010 2) LEI Nº 2032/2010
13	Tremembé	Romaria Fluvial dos Pescadores	LEI COMPLEMENTAR Nº 283 DE 05 DE DEZEMBRO DE 2014.	Não localizada
*Bem cultural sem lei de registro.				

Fonte: Dados coletados do site das prefeituras municipais e câmaras. Elaborado pela autora (2025).

A Tabela 3 detalha as leis que protegem os 20 bens imateriais. Ela também revela que Queluz, São Bento do Sapucaí e Tremembé não possuem legislação específica para seus patrimônios imateriais. A região possui um rico patrimônio imaterial, conforme as informações coletadas existem 34 bens reconhecidos pela municipalidade, destes bens estão presentes diversas manifestações culturais, especialmente interligadas a religiosidade.

Embora os Planos Diretores Municipais contenham seções para o fomento da cultura e a proteção do patrimônio, os dados da tabela deixam claro que poucos

municípios os implementam. Apenas 13 municípios da região promovem o reconhecimento de bens culturais, e somente 10 têm seu patrimônio imaterial protegido por lei, totalizando 20 bens imateriais com essa proteção legal.

No estado de São Paulo, quando um bem é reconhecido como Patrimônio Cultural Imaterial pelo CONDEPHAAT, ele é inscrito em um dos quatro livros de registro, conforme estabelecido pelo Decreto Estadual 57.439, de 17 de outubro de 2011 (São Paulo, 2011).

Como não foram encontrados livros de tombo ou registro em nível municipal, a tabela abaixo foi elaborada utilizando essa categorização estadual. Essa abordagem foi essencial para categorizar o patrimônio imaterial e destacar a importância dessas ações para a proteção dos bens. Vale notar que outros municípios não possuem o registro de seu patrimônio imaterial em níveis estadual ou federal.

Tabela 4 - Categorização do Patrimônio Imaterial da RMVPLN

LIVROS DO REGISTRO	BENS CULTURAIS IMATERIAIS
Livro das Celebrações	<ul style="list-style-type: none"> - Festa de São Pedro de Caraguatatuba - Festa de Santa Teresinha de Caraguatatuba - Festa de Iemanjá de Caraguatatuba - Festa do Divino Espírito Santo de Caraguatatuba - Festa do Divino Espírito Santo de Lagoinha - Festa de Nossa Senhora da Piedade - Festa de São João de Queluz - Festa do Padroeiro de São Sebastião - Folia do Divino de São Luiz do Paraitinga - Folia de Reis Luz de Belém de São Bento do Sapucaí
Livro das Formas de Expressão	<ul style="list-style-type: none"> - Hino Oficial do Município de Cruzeiro - Orquestra de Viola Cidade das Águas de Igaratá - EXPOLAG de Lagoinha - Procissão Fogaréu de Lorena - Jongo de Piquete - Jongo de São Luiz do Paraitinga - Boi de carnaval de Piquete - Congada de São Luiz do Paraitinga - Romaria Fluvial dos Pescadores de Tremembé - Dança de Fitas de São Luiz do Paraitinga - Congada São Benedito de São Bento do Sapucaí - Congada de São Sebastião - Moçambique de São Luiz do Paraitinga - João Paulino e Maria Angu de São Luiz do Paraitinga - Cavalhada de São Luiz do Paraitinga - Catireiros da Mantiqueira de São Bento do Sapucaí - BAMASB – Banda Marcial de São Bento do Sapucaí - FAMEF – Fanfarra Mirim de São Bento do Sapucaí - Ateliê Ditinho Joana de São Bento do Sapucaí - Orquestra Jovem de São Bento do Sapucaí
Livro dos Lugares	<ul style="list-style-type: none"> - Feira Livre de Aparecida
Livro dos Saberes	<ul style="list-style-type: none"> - Doce Taiada de Caçapava - Requeijão de Prato de Lagoinha - Afogado de São Luiz do Paraitinga

Fonte: CONDEPHAAT (2024c) e São Paulo (2011). Elaborado pela autora (2025).

Em resumo, e para contextualizar os dados das Tabelas 3 e 4, a lei estabelece

o programa e as diretrizes para a proteção do patrimônio imaterial. O registro, por sua vez, é o ato que inclui um bem específico nesse sistema de proteção, garantindo-lhe os benefícios e as ações previstas pela própria lei.

Entre os municípios paulistas, Piquete se destaca por sua expressiva tradição cultural. O Jongo, uma dança de roda afro-brasileira com raízes africanas, é um patrimônio imaterial de grande importância para a cidade e região. Sua relevância é tamanha que foi registrada em nível federal em 2005 no Livro de Registro das Formas de Expressão do IPHAN.

Além do Jongo, o Vale é palco de diversas festas religiosas populares, demonstrando a devoção e religiosidade na cultura local. Muitas dessas celebrações ocorrem de forma independente de apoio de recursos públicos, evidenciando a participação e o engajamento dos cidadãos na manutenção de suas tradições, como é o caso, da Folia de Reis de São José do Barreiro.

Figura 13 - Grupo da Folia de Reis no centro histórico da cidade de São José do Barreiro, ao lado direito o mestre Laércio se apresenta junto de seu violão e ao centro os demais componentes.



Fonte: Rancho, 2024.

Esta manifestação artística combina elementos religiosos, folclóricos e

musicais em uma celebração que relembra a visita dos Reis Magos ao Menino Jesus. Os locais reconstróem e reafirmam suas identidades culturais na ocasião, os quais envolvem a repetição de rituais, práticas e símbolos que têm sido transmitidos de geração em geração.

Palavras como garantir, fomentar, implantar, estimular, promover a cultura estão bem presentes nos planos, assim como também, a democratização do acesso à cultura para a população. Ou seja, já é garantido por lei e também revela o papel importante da gestão municipal nos compromissos em efetivar e fortalecer as ações previstas nos planos.

O que se apresenta de forma expressiva é a diversidade de manifestações musicais e cênicas (formas de expressão) como as festas populares, assim como também, as celebrações religiosas. Além da forte presença culinária típica regional.

Em Caçapava, temos um bom exemplo de como o patrimônio imaterial dá vida ao território. A Taiada, um doce tradicional que se tornou um símbolo do município e um elemento fundamental da identidade cultural. Ela se encontra no Mercado Municipal, este que é um lugar de memória para tantos cidadãos, se constituem de produtores locais, moradores e visitantes.

Para compreender e aprofundar na temática a autora fez parte da criação do podcast "Sabor dá História" com o objetivo de apresentar os bens culturais imateriais presentes no município. Em quatro episódios, o ouvinte é convidado a saber sobre a história e a cultura por trás da culinária local, como o "Bolinho de Prima" da Festa de São João, a Taiada do Mercado, a Moqueca de herança indígena e os doces artesanais da Tia Vilma.

Em uma conversa descontraída, os convidados compartilham suas experiências e conhecimentos sobre a gastronomia local, revelando a riqueza por trás de cada receita. O podcast visa fortalecer o sentimento de pertencimento dos moradores, incentivar a preservação do conhecimento histórico-cultural dos sabores de Caçapava, impulsionar o turismo e valorizar a cultura da região.

Neste episódio especial, a Taiada, símbolo de sabor e orgulho de Caçapava, é a grande protagonista. Em uma entrevista conduzida pelas apresentadoras Denise Érika dos Santos (idealizadora do projeto) e Bárbara (videomaker), os ouvintes são convidados a embarcar em uma viagem deliciosa pela origem, ingredientes e o carinho que envolve essa tradição local.

Figura 14 - Print do canal do podcast no YouTube



Fonte: Sabor Dá História (2024).

O entrevistado do episódio foi o Sr. Paulo Donizete Favorino, produtor de taiadas artesanais do município. Na entrevista ele relata que o Saber-Fazer o doce sempre foi o ofício de seu pai, Caetano Favorino e que desde criança se envolveu com todas as etapas desde o manuseio da matéria-prima até as vendas. A produção existe há mais de 50 anos e que a família manteve a tradição familiar e legado cultural em produzir a cana (matéria-prima) e fazer o doce.

Figura 15 - Processo da produção do Doce Taiada



Fonte: Fotografia do arquivo pessoal de Denise Érika dos Santos (2023).

O doce tem suas raízes na rapadura, um alimento tradicional da culinária

brasileira. A combinação do melado de cana, farinha de mandioca e gengibre resulta em um doce único e saboroso, que se tornou um símbolo Caçapavense. O reconhecimento do doce como patrimônio imaterial pela Lei Nº 5911, de 03 de Dezembro de 2021 (Caçapava, 2021) é um importante reconhecimento da cultura e das tradições locais.

4.3 Práticas colaborativas: o caso do Observatório da Paisagem

A gestão e a preservação do patrimônio cultural exigem a colaboração de diversos atores, e essa seção explora a importância dessa colaboração, utilizando o Observatório da Paisagem como exemplo. Concebido e coordenado pela Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba (representação do IPHAN), em conjunto com professores e pesquisadores da UNITAU, UNIVAP e INPE, além de parceiros, como o Instituto de Estudos Monteiro Lobato, o Centro de Estudos de Cultura Popular São José dos Campos, o Instituto Chão Caipira “Malvina Borges de Faria e o Ecomuseu Campos de São José.

O Observatório é coordenado pelo Dr. André Bazanella, tem como objetivo principal promover reflexão ativa e propor recomendações a políticas públicas e/ou ações eficazes para a preservação da memória e do patrimônio cultural da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte (RMVPLN).

Essa iniciativa reúne gestores públicos e privados, e a comunidade em geral, formando uma grande rede colaborativa de profissionais e pesquisadores que atuam em diversas instituições, como órgãos públicos, universidades, arquivos, museus e fundações culturais. Essa rede se dedica ao estudo e à preservação do patrimônio cultural, desenvolvendo pesquisas, promovendo debates e eventos, e elaborando projetos de intervenção que visam proteger e valorizar os bens culturais da região.

A fim de ampliar a coleta de dados e obter uma visão mais abrangente do patrimônio imaterial, a valiosa colaboração dos integrantes da rede Observatório da Paisagem foi fundamental. Através de um formulário online (Apêndice A em anexo), criado com a ferramenta Google Forms, os membros da rede compartilharam seus conhecimentos e experiências, fornecendo informações detalhadas sobre os diversos bens culturais imateriais.

Na região em foco, a interação entre agentes e instituições, bem como as

relações intermunicipais são elementos-chave. As análises, tabelas e gráficos a seguir elucidam o perfil dos participantes que responderam ao formulário de perguntas abertas, oferecendo uma compreensão mais aprofundada desse cenário.

Tabela 5 - Perfil dos membros do Observatório da Paisagem

PERFIL	MUNICÍPIO EM QUE NASCEU	MUNICÍPIO EM QUE RESIDE
MEMBRO 1	Lorena - SP	Lorena - SP
MEMBRO 2	Paraibuna - SP	Paraibuna - SP
MEMBRO 3	São Bento do Sapucaí - SP	São Bento do Sapucaí - SP
MEMBRO 4	São Paulo - SP	São Paulo - SP
MEMBRO 5	Rio de Janeiro – RJ	Taubaté - SP
MEMBRO 6	São Bernardo do Campo – SP	São José dos Campos – SP
MEMBRO 7	São José dos Campos – SP	Jacareí – SP
MEMBRO 8	Alemanha	Paraibuna - SP
MEMBRO 9	Guaratinguetá - SP	Guaratinguetá - SP
MEMBRO 10	São Paulo - SP	São José dos Campos – SP
MEMBRO 11	São José dos Campos – SP	Jacareí – SP

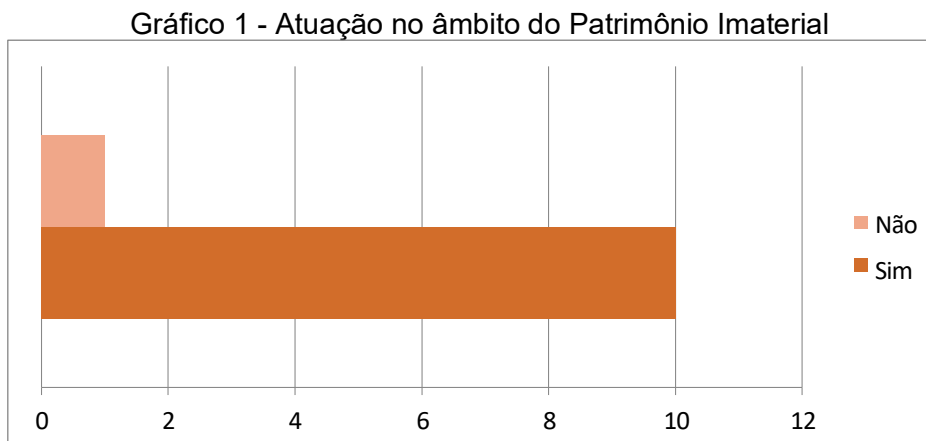
Fonte: Organizado pela autora (2025).

Dos 65 membros que integram o Observatório da Paisagem, apenas 11 responderam ao formulário de pesquisa, disponibilizado por meio do aplicativo de mensagens WhatsApp em dezembro de 2024.

Dentre os membros, a maioria expressiva (10 dos 11 membros, correspondente a 91%) reside atualmente em um dos municípios da região, sendo que 6 deles (55%) são naturais de municípios do Vale do Paraíba. Este resultado evidencia um forte vínculo dos participantes com a região, tanto em termos de local de nascimento quanto de permanência.

Quando perguntado sobre a área de formação dos membros, as formações que se apresentam são interdisciplinares, alguns são formados em Letras, Arquitetura e Urbanismo, História, Comunicação Visual, Ciências Sociais, Gestão Pública, Zootecnia, Música e Arqueologia.

Quando perguntado sobre a atuação no âmbito do patrimônio cultural imaterial, todos os membros responderam e para complementar a resposta, segue o Gráfico 1 abaixo:



Fonte: Organizado pela autora (2025).

A grande maioria dos membros atuam diretamente com a salvaguarda dos bens culturais imaterias (10 dos 11 membros, correspondente a 91%). Suas funções transitam de pesquisadores, mestrados acadêmicos, trabalhos voluntários, coordenadores, secretários, conselheiros e prestadores de serviços técnicos.

Quando perguntado sobre o local de atuação, segue as respostas dos membros:

- Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP) de São José dos Campos;
- Instituto Chão Caipira de Paraibuna;
- Museu do Carro do Boi Quim Costa de São Bento do Sapucaí;
- Pontifícia Universidade Católica de Campinas;
- Casa do Patrimônio do Vale do Paraíba;
- Instituto H &H Fauser de Paraibuna
- Centro de Documentação Musical (CDM) e da Sociedade de Cultura Educação Musical (SOCEM) de São José dos Campos;
- Museu de Antropologia do Vale de Jacareí.

Quando perguntado sobre outras entidades que atuam com o patrimônio cultural e que são pouco conhecidas na região, os membros repassaram as seguintes informações:

- Instituto de Estudos Valeparaibanos (IEV – UNISAL Lorena);
- Instituto Paiolino de Redenção da Serra;
- Museu do Carro de Boi;
- CONDEPHAAT, Inst. de Estudos Valeparaibanos, Museu do Folclore, Fundação Cassiano Ricardo, Fundação Cultural Benedicto Siqueira e Silva, Centro de

Documentação Musical do Vale do Paraíba, Secretarias de Cultura, FIOCRUZ;

- Cia Cultural Bola de Meia; Origem Cultural de São José dos Campos;
- Comissão de Patrimônio da Fundação Cultural Benedito Siqueira e Silva e Instituto Chão Caipira de Paraibuna;
- Associação dos Quilombolas de Tamandaré, Congada e Moçambique Vermelho e Branco de São Benedito, Associação Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito de Guaratinguetá;
- Centro de Documentação Musical (CDM) de São José dos Campos;
- Casa do Patrimônio em São Luiz de Paraitinga.

Quando perguntado sobre conhecer e nomear coletivos ou movimentos sociais envolvidos com patrimônio imaterial e seus municípios de atuação na região, os membros compartilharam os locais abaixo:

- Família do Museu do Carro de Boi em São Bento do Sapucaí;
- Mulheres descendentes do mestre carreiro e carpinteiro Sr. Quim Costa e de sua esposa artesã e costureira, Dona Jandyra;
- Ecomuseu de São José dos Campos;
- Fórum de Comunidades Tradicionais Litoral Norte;
- Jongo Mistura da Raça;
- Ecomuseu Campos de São José;
- Grupo de Moçambique Mestre Paizinho;
- Associação Cavalaria de São Gonçalo e São Benedito;
- Irmandades religiosas;
- Grupo Serra Acima;
- Instituto Paiolino;
- Grupo de Moçambique São Benedito em Paraibuna;
- Instituto Baobá em Guaratinguetá;
- ONG Serra Acima em Cunha.

Ao perguntar sobre as principais dificuldades ligadas ao conhecimento e à gestão e preservação do patrimônio imaterial os membros sinalizaram para a falta de políticas públicas direcionadas especificamente ao patrimônio cultural, pouca visibilidade dos bens, pouca integração com a educação (especialmente a imersão na rede pública de ensino) e a falta de valorização por parte da população.

Ao perguntar sobre as principais dificuldades ligadas ao conhecimento e à

gestão e preservação dos bens culturais imateriais e possíveis caminhos para superá-los, alguns membros apresentaram algumas soluções, como, a profissionalização das instituições, a participação popular, promoção de inventários de patrimônio cultural e a educação patrimonial.

É visível que há um grande esforço colaborativo nas ações de preservação por parte dos membros e por meio das respostas, foi possível conhecer um pouco mais sobre diversidade e importância do patrimônio imaterial da região, destacando locais relevantes e atuações. E, mesmo que apenas uma parte significativa dos membros do Observatório da Paisagem tenha respondido o formulário, isso permitiu apresentar uma perspectiva atual da situação do trato com os bens culturais imateriais.

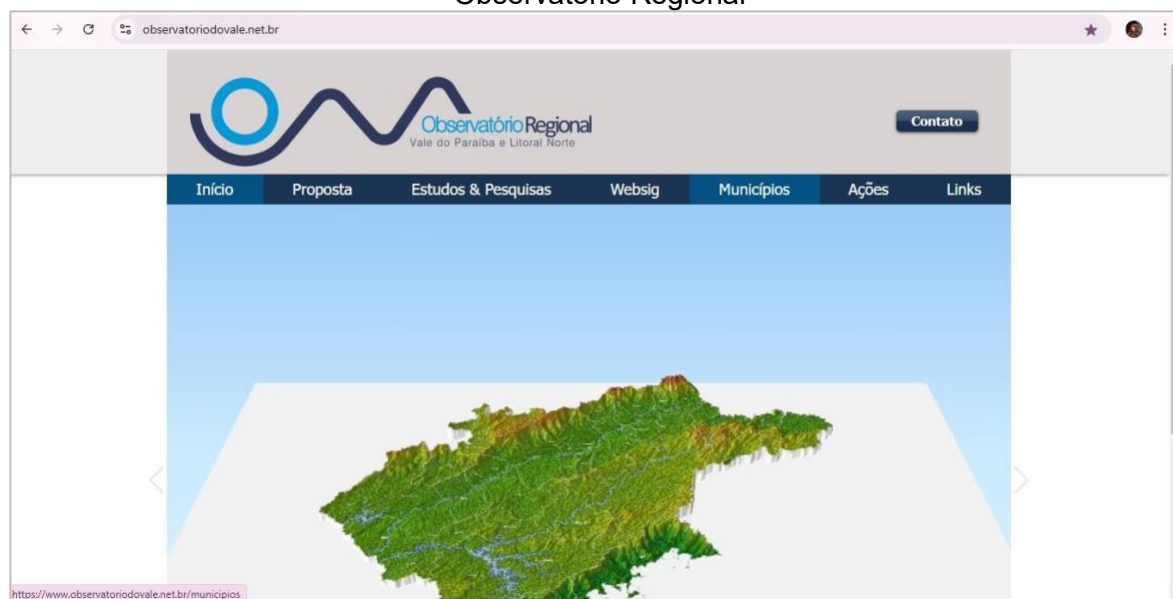
4.4 Socialização das informações: Observatório Regional

Este último subitem, refere-se à questão importante da socialização de informações, o que subentende aqui um passo inicial de transposição de informações dessa pesquisa ao website do Observatório Regional do Vale do Paraíba.

A página faz parte do Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional – (NEEUR) e seu objetivo é promover uma ação de divulgação do patrimônio cultural da região, tornando-o acessível a todos os cidadãos da região e ao público em geral. Para isso, propõe-se compartilhar informações, estimular o conhecimento e a participação social, além de valorizar os bens culturais materiais e imateriais de cada território.

Para acessar o site do Observatório do Vale, digite ou copie e cole: <https://www.observatoriodovale.net.br/municipios> no seu navegador. Na página inicial (conforme Figura abaixo), clique na aba "Municípios" para visualizar a lista completa dos 39 municípios da região.

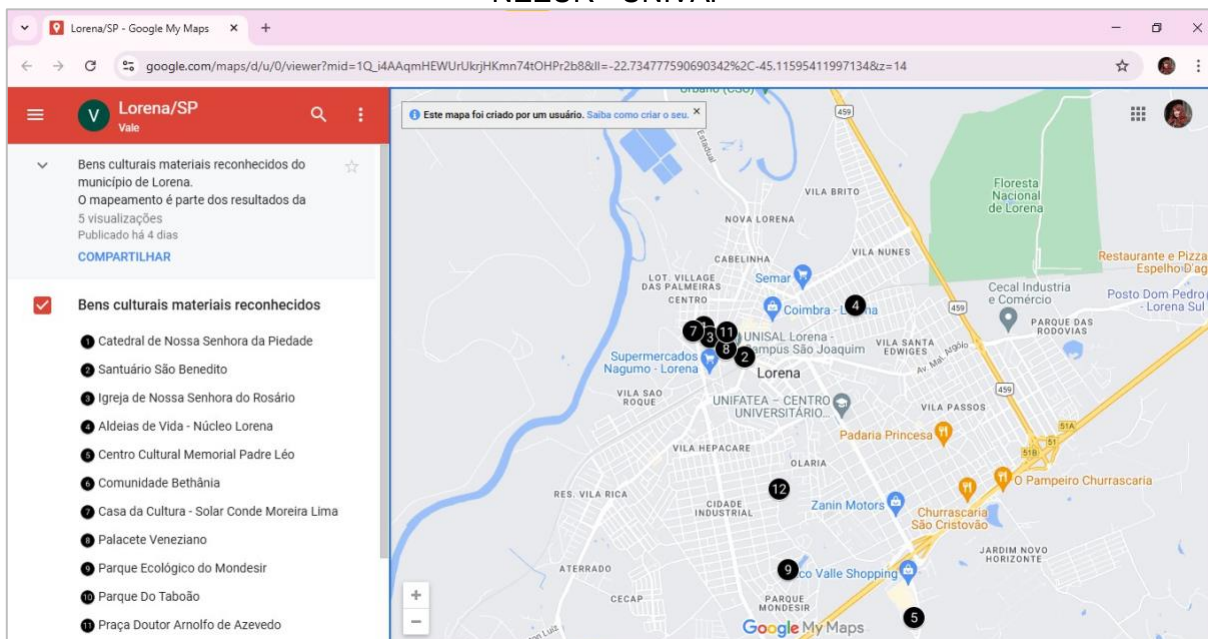
Figura 16 - Página de divulgação dos bens culturais materiais e imateriais no site do Observatório Regional



Fonte: Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional (2024).

Com um clique, o usuário tem acesso a um vasto banco de dados sobre os 39 municípios da região, incluindo informações demográficas, de planejamento, território e culturais. Utilizando o município de Lorena como exemplo, é possível acessar um mapa interativo no Google My Maps sobre os bens culturais materiais reconhecidos, copie e cole para visualizar o exemplo: https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1Q_i4AAqmHEWUrUkrjHKmn74tOHP2b8&usp=sharing.

Figura 17 - Página do mapa dos bens culturais materiais no site do Observatório Regional – NEEUR - UNIVAP



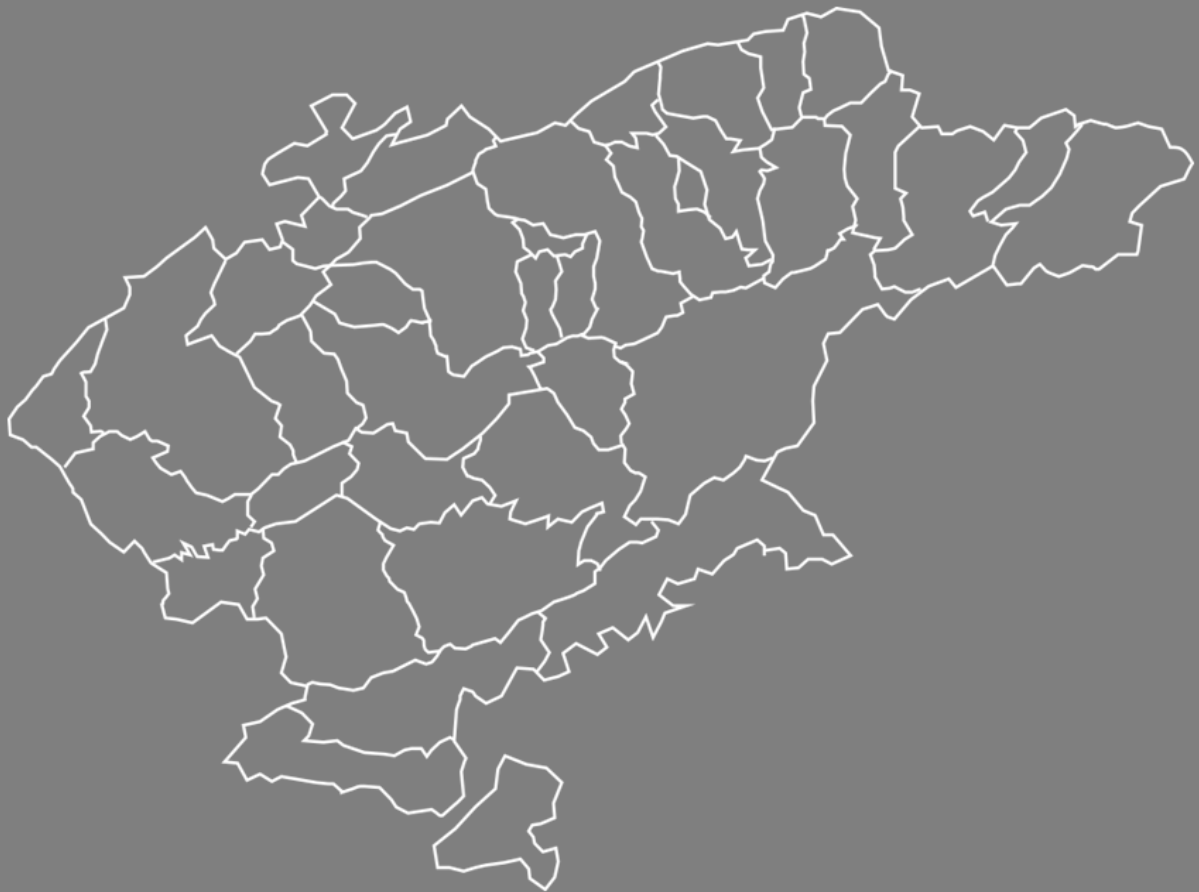
Fonte: Google My Maps (2025).

Este sistema de mapeamento oferece uma experiência ao usuário, acessível e dinâmica, uma vez que a ferramenta é gratuita. Isso facilita significativamente a exploração do patrimônio cultural de diversas localidades.

A integração com a plataforma Google Maps proporciona familiaridade e precisão geográfica, permitindo que os usuários estabeleçam um contato mais próximo e significativo com os bens culturais materiais de seus municípios e da região. Ao interagir com os pontos de interesse no mapa, o acesso ao conteúdo é mediado por uma interface lúdica e interativa, promovendo uma imersão engajadora.

Patrimônio Cultural

CONSIDERAÇÕES
FINAIS



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A oportunidade de desenvolver este estudo inicial na RMVPLN não foi apenas para a obtenção do título de mestre no programa de pós-graduação, além de realização pessoal, foi também possível exercer a minha cidadania e meu compromisso como pesquisadora do Observatório Regional do Vale do Paraíba e Litoral Norte. Durante percurso, algumas dificuldades e limitações se apresentaram como, a falta de informações claras nos sites das prefeituras e a falta de dados atualizados sobre os bens.

Mesmo com algumas limitações, alguns municípios se destacam como referência nas questões de divulgação das informações, a exemplo, os municípios de Caçapava, São Luiz do Paraitinga e São Sebastião. Os critérios de escolha foram baseados nos quadros com informações dos bens culturais e o compromisso da gestão municipal em divulgar as informações nos sites.

O universo de bens culturais materiais e imateriais que se apresentou, revela de forma surpreendente o que a região ainda possui de herança cultural. Essa iniciativa impulsiona a continuidade do debate sobre os bens e, principalmente, evidencia o compromisso que a gestão municipal deve ter com a cultura local.

Mas, ainda existe um grande caminho a se percorrer sobre a temática e sobre a efetivação de ações, que este estudo proporcione aos cidadãos conhecimento e colabore com atuação da gestão pública nos municípios na efetivação de ações e políticas públicas. Como exemplifica, Funari e Pelegrini (2006, p. 59) que “por certo, a implementação de políticas patrimoniais deve partir dos anseios da comunidade e ser norteada pela delimitação democrática dos bens reconhecidos como merecedores de preservação”.

Embora os dados sobre o patrimônio imaterial ainda apresentem lacunas, a pesquisa demonstra a necessidade de investir em estudos mais aprofundados sobre o tema. Isso é fundamental para subsidiar a criação de políticas públicas que valorizem a diversidade cultural e promovam o desenvolvimento local.

A interação entre diferentes culturas, o diálogo intergeracional e a fusão cultural emergem como elementos-chave na reconfiguração da identidade cultural regional. Nesse contexto, a participação social, embora prevista no Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001) (Brasil, 2001) como princípio fundamental para a gestão urbana democrática, ainda enfrenta desafios em sua implementação nos municípios,

especialmente no que tange à efetivação de instrumentos de participação, como a divulgação e a capacitação.

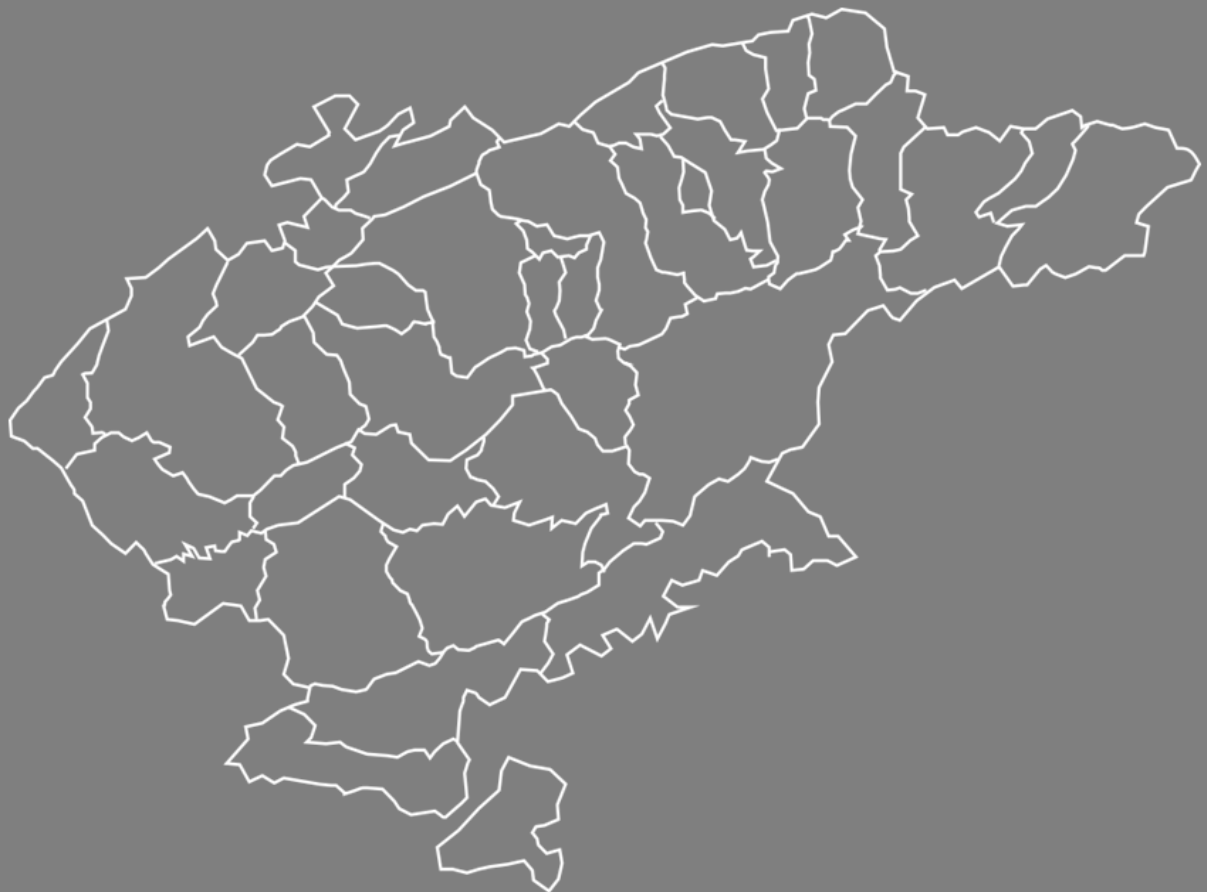
A educação patrimonial, nesse cenário, revela-se como uma ferramenta estratégica para o estabelecimento de canais de interlocução com a sociedade, fomentando a apropriação do patrimônio cultural e o fortalecimento do sentimento de pertencimento. Afinal, como pondera Domingos (2023, p. 103), as dinâmicas culturais contemporâneas suscitam novas perspectivas de gestão e de proposição de usos e ocupações do espaço, (re)constituindo-o como território.

A falta de valorização do patrimônio cultural, tanto por parte do poder público quanto dos cidadãos, agrava ainda mais a situação, levando à perda ou ao esquecimento de um rico legado cultural. Por outro lado, há um movimento crescente de reconhecimento e valorização dessa herança cultural, do qual faz parte, dentre muitas ações coletivas, como o Observatório da Paisagem, dedicada a promover o patrimônio cultural da região e este estudo, que, junto a outras pesquisas, constitui um esforço inicial de construção de um panorama a ser ampliado e desenvolvido em trabalhos futuros.

Diversas organizações, tanto públicas quanto privadas, vêm promovendo iniciativas voltadas à restauração e conservação de bens históricos, além de ações educativas que buscam sensibilizar a comunidade local e os visitantes sobre a importância de preservar essa riqueza cultural. Nessa perspectiva, o território do patrimônio se revela vivo, pulsante, tecido por memórias que resistem e persistem, desafiando-nos a repensar as formas de gestão e valorização do patrimônio cultural.

Patrimônio Cultural

REFERÊNCIAS



REFERÊNCIAS

ALMEIDA, D. A. **Coletânea**. Lorena: Instituto de Estudos Valeparaibanos. v.1, 2019.

BARRETO, Margarita. **Turismo e Legado Cultural**: as possibilidades do planejamento. Campinas, SP: Papirus, 2000.

BARTHÀ, Fredrik. Etnicidade e o Conceito de Cultura. **Antropologia**, n. 19, p. 15-30, 2005.

BENTO, P.S.B; GOMES, C.; SILVA, F. F. A. E. O Papel do COMPHAC e suas Implicações na Sociedade Civil: Um Estudo de Caso no Município de Lorena, São Paulo. *In*: Encontro Latino Americano de Iniciação Científica – INIC, 37., São José dos Campos, 2023. **Anais...**, Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Artigo 215**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr 2024.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 6 dez. 1937. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 12 set. 2024.

BRASIL. Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro, cria o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 4 ago. 2000.

BRASIL. Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2001. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10257.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015. Institui o Estatuto da Metrópole, altera a Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13089.htm. Acesso em: 26 ago. 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Mapa das Regiões Turísticas da RMVPLN, São Paulo**. Disponível em: <https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>. Acesso em 11 jun 2023.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CAÇAPAVA. Lei n. 5.911, de 03 de dezembro de 2021. Declara patrimônio cultural imaterial do município de Caçapava a Talhada ou “Taiada”. **Diário Oficial**, Caçapava, 2021. Disponível em: https://ecrie.com.br/sistema/conteudos/arquivo/a_25_0_1_10122021174315.pdf. Acesso em: 19 out. 2025.

CARVALHO, A.; MENEGUELLO, C. (Org.). Yussef Daibert Salomão de Campos. **Dicionário temático de patrimônio**: debates contemporâneos. Campinas: Editora da UNICAMP, 2020.

CAVALCANTI, M. L. V. C., FONSECA, M. C. L. **Patrimônio Imaterial no Brasil**. Brasília: UNESCO, Educarte, 2008.

CONDEPHAAT. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. **Base de dados Online do CONDEPHAAT**. Bens Protegidos. Disponível em <http://condephaat.sp.gov.br/bens-protegidos-online/>. Acesso em 26 set. 2024a.

CONDEPHAAT. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. **Patrimônio Imaterial de São Paulo**. Disponível em <http://www.patrimonioimaterial.sp.gov.br/>. Acesso em 26 set. 2024b.

CONDEPHAAT. Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo. **Livros de Registro**. Disponível: <http://www.patrimonioimaterial.sp.gov.br/livros-de-registro/>. Acesso em 08 dez. 2024c.

CHAUÍ, Marilena. **Cidadania Cultural**: O Direito à Cultura. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2021. Disponível em: https://fpabramo.org.br/publicacoes/wp-content/uploads/sites/5/2021/08/chau_i_web_compressed-1.pdf. Acesso em 19 out. 2024.

DOMINGOS, B. S. M., GOMES, C., NOGUEIRA, B. M. Olhares Netnográficos Sobre Cultura, Desenvolvimento e Ações Coletivas No Vale Do Paraíba: netnografia de dinâmicas culturais no Vale do Paraíba. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 2, p. 125-138, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.32813/2179-1120.2121.v14.n2.a752>, 2021. Acesso em: 19 out. 2024.

DOMINGOS, Bianca Siqueira Martins. É O VALE! Cartografias de 08 intervenções Artísticas Visuais e Urbanas e Narrativas por Direito à Cidade e Cidadinidade a Partir do Vale do Paraíba Paulista. In: MACIEL, L. M. et al. (Org.). **Cenários e Perspectivas**: Os trinta anos Cenários e Perspectivas: os trinta anos do Programa de Pós-

graduação em Planejamento Urbano e Regional da Univap. São José dos Campos: Univap, 2023.

FIGUEIREDO, Vanessa Gayego Bello (Org.). **Manual de Orientações às políticas municipais de patrimônio cultural**: comissão de patrimônio cultural. São Paulo: Conselho de Arquitetura e Urbanismo de São Paulo - CAU, 2022.

FUNARI, P., PELEGRINI, S. C. A. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

GEDDES, Patrick. **Cidades em evolução**. Campinas, SP: Editora Papirus, 1994.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice; Revista dos Tribunais, 1990.

ICOMOS. **Declaração de Québec**. 2008. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Qubec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 04 dez. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Panorama Brasil**. 2023. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/panorama>. Acesso em: 22 jul. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL – IPHAN. **O Registro do Patrimônio Imaterial**: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho Patrimônio Imaterial. 4. ed. Brasília: Ministério da Cultura, 2006.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Patrimônio Imaterial**. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acesso em: 20 jun. 2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Bens culturais registrados**, 2024. Disponível em: <http://colaborativo.ibict.br/tainacan-iphan/>. Acesso em: 16 jan. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN **Política do Patrimônio Cultural Material**. 2025a. Disponível em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/publicacao_politica_do_patrimoni_o.pdf. Acesso em: 01 fev. 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. **Bens Tombados**. Patrimônio Cultural. Patrimônio Material. Portal IPHAN, 2025b. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>. Acesso em: 22 jan. 2025.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Políticas Públicas implementadas no Brasil referente à cultura**. Timeline. Disponível em: <https://catalogo.ipea.gov.br/timeline>. Acesso em: 19 dez. 2024.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forende Universitária, 1990.

KOJIO, Nadia Csoknyai Del Monte. **Políticas Públicas de Patrimônio em São José dos Campos**. 2009. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade do Vale do Paraíba, São José dos Campos, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 14. ed. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2001.

LOWIE, Robert H. Edward B. Tylor. **RESC Revista de Estudos SocioCulturais**, v1., n.1, p. 117-122, jan-jul de 2021.

MAPCHART. **Mapa do Vale do Paraíba e Litoral e Norte**, 2024. Disponível em: <https://www.mapchart.net/>. Acesso em: 04 fev. 2024.

MINTZ, S. W. Cultura: uma visão antropológica. **Tempo**, v. 14, n. 28, p. 223–237, jun. 2010.

MENDONÇA, P. F. **Gestão Pública**. Brasília: PNAP. Recife: UPE/NEAD, 2021.

MY MAPS. Google. **Página do mapa dos bens culturais materiais no site do Observatório Regional**. NEEUR – UNIVAP, 2025. Disponível em: https://www.google.com/maps/d/edit?mid=1Q_i4AAqmHEWUrUkrjHKmn74tOHP2b8&usp=sharing. Acesso em: 15 jul. 2025.

NÚCLEO DE ESTUDOS DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL - NEEUR. **Página de divulgação dos bens culturais materiais e imateriais no site do Observatório Regional**. UNIVAP, 2024. Disponível em: <https://www.observatoriodovale.net.br/>. Acesso em 15 jul. 2025.

PASIN, J. L. **A Formação Histórica e Cultural do Vale do Paraíba Paulista**. Lorena: Instituto de Estudos Valeparaibanos (IEV), 1992.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO - PDUI. **Estratégia para Rotas Turísticas apresentadas pelo PDUI - FIPE 2022**. Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE, 2024. Disponível em: <https://apaulista.org.br/audiencias-publicas-do-pdui-do-vale-do-paraiba-e-litoral-norte-comecam-em-31-de-janeiro/>. Acesso em: 10 jul. 2025.

RANCHO, R. **[Grupo da Folia de Reis no centro histórico da cidade de São José do Barreiro, ao lado direito o mestre Laércio se apresenta junto de seu violão e ao centro os demais componentes]**. WhatsApp. 16 jul. 2024. 10:20. 1 mensagem de WhatsApp.

ROSA, Nome. **O que é cultura? E outras perguntas**. Jundiaí: Lei Aldir Blanc, 2020. [eBook]. Disponível em https://cultura.jundiai.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/03/E-book-O-que-e-Cultura_-1.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

SABOR DÁ HISTÓRIA. **Episódio 2: Sou Taiada com Orgulho!** [Caçapava] 4 nov. 2024. 1 vídeo (43 min). Sabor dá História. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4zddzdOSueM&t=2406s>. Acesso em: 23 jul. 2025.

SANTOS, José Luiz dos. **O que é cultura**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. 7 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Denise Érika. **Processo da produção do Doce Taiada**. Fotografia. Arquivo Pessoal de Denise Érika, jun. de 2023.

SANTOS JUNIOR, O. de O. História, patrimônio material e imaterial: os lugares da memória. **Lutas Sociais**, v. 28, n. 53, p. 253–266, 2024. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/70068>. Acesso em: 26 jan. 2025.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Decreto Estadual 57.439, de 17 de outubro de 2011. Institui o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem Patrimônio Cultural do Estado de São Paulo, cria o Programa Estadual do Patrimônio Imaterial e dá providências correlatas. **Casa Civil**, 2011. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011/decreto-57439-17.10.2011.html>. Acesso em: 08 dez. 2024.

SÃO PAULO. Lei Complementar n. 1.166, de 09 de janeiro de 2012. Cria a região metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte, e dá providências correlatas. **Assembleia Legislativa**, São Paulo, 2012. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1166-09.01.2012.html>. Acesso em: 08 dez. 2024.

SAULE JÚNIOR, Nelson; ROLNIK, Raquel. **Estatuto da Cidade. Guia para implementação pelos municípios e cidades**. Brasília: Instituto Pólis, 2001.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 2006. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por. Acesso em: 24 abr. 2024.

APÊNDICE A - PESQUISA DE OPINIÃO ELABORADA NA FERRAMENTA GOOGLE FORMS



Projeto de Pesquisa: Visão Panorâmica da Preservação do Patrimônio Cultural da Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte

B *I* U ↻ ✖

Agradeço sua colaboração para esta pesquisa acadêmica, vamos lá?!

Este formulário objetiva reunir informações para compor o conjunto de resultados da minha pesquisa de Mestrado no Programa em Planejamento Urbano e Regional, da Universidade do Vale do Paraíba (UNIVAP), sob orientação da Profa. Dra. Cilene Gomes e da Profa. Dra. Fabiana Felix do Amaral e Silva. As informações serão importantes também para minha atuação como membro do Núcleo de Estudos do Espaço Urbano e Regional (NEEUR – UNIVAP).

O objetivo da pesquisa é compreender a atuação dos órgãos gestores e de cidadãos na preservação do patrimônio cultural da região, com foco na identificação de bens culturais, especialmente os imateriais.

Caso tenha alguma dúvida, estou disponível pelo email: pamelasabrina1993@gmail.com.

Muito obrigada!!!

Atenciosamente, Pâmela Bento

E-mail *

E-mail válido

1) Qual seu nome completo e email? (Informe que os dados pessoais não serão divulgados). *

Texto de resposta curta

2) Em qual município você nasceu e onde reside atualmente? *

Texto de resposta curta
.....

⋮

3) Qual é o seu nível de escolaridade? Em caso de possuir ensino superior, qual a sua formação? *

Texto de resposta curta
.....

4) Você atua no âmbito do patrimônio cultural imaterial? Caso afirmativo, qual sua função e/ou atividades (cargo)? *

Texto de resposta curta
.....

⋮

5) Qual o local de sua atuação (instituição pública, ONGs, associações, universidades, espaços culturais, como museus, bibliotecas e outros) e município? *

Texto de resposta curta
.....

6) Poderia destacar outras entidades que atuam com o patrimônio cultural no Vale do Paraíba e Litoral Norte e que você considera pouco conhecidas? *

Texto de resposta curta
.....

7) Poderia listar os bens culturais imateriais do Vale do Paraíba e Litoral Norte que você conhece e valoriza, para fins de preservação, promoção ou divulgação, indicando os municípios aos quais pertencem? *

Texto de resposta curta
.....

8) Poderia nomear, caso conheça, coletivos ou movimentos sociais envolvidos com o patrimônio cultural imaterial (iniciativas independentes) e seus municípios de atuação? *

Texto de resposta curta

9) A seu ver, quais as principais dificuldades ligadas ao conhecimento e à gestão e preservação dos bens culturais imateriais; e quais os caminhos para superá-las? *

Texto de resposta curta

Observação (espaço livre, caso precise)!

Texto de resposta curta

ANEXO A – BANNER DE DIVULGAÇÃO DO PROJETO CULTURAL
“PODCAST SABOR DÁ HISTÓRIA”

SABOR DÁ HISTÓRIA

PODCAST

OUÇA AGORA:

 @podcast.sabordahistoria

Apoió:

MUNICÍPIO DE CAÇAPAVA

Realização:

LEI PAULO GUSTAVO

MINISTÉRIO DA CULTURA

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO



ANEXO B – LISTA DE BENS TOMBADOS E PROCESSOS EM ANDAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO (DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DO ARQUIVO: FEVEREIRO DE 2024)

CONTROLE DA TRAMITAÇÃO	INFORMAÇÕES SOBRE O BEM							INSCRIÇÃO		
	Localização processo	UF	MUNICÍPIO	Classificação (relacionada à forma de proteção)	Nome atribuído	Número Processo "T"	Ano de abertura	Estágio da Instrução (Portaria 11/86)	Livro do Tombo Arqueológico, etnográfico e paleográfico	Livro do Tombo Histórico
ARQUIVO	SP	São Paulo	Coleção ou acervo	Coleções arqueológicas, etnográficas, artísticas e históricas do Museu Paulista da Universidade de São Paulo	139	1938	TOMBADO			abr/38
ARQUIVO	SP	Embu	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora do Rosário e residência anexa	180	1938	TOMBADO		out/38	out/38
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação e Acervo	Igreja de São Miguel Paulista	180	1938	TOMBADO		out/38	out/38
ARQUIVO	SP	Iju	Edificação e Acervo	Igreja Matriz de Nossa Senhora da Candelária	188	1938	TOMBADO		dez/38	dez/38
ARQUIVO	SP	São José do Rio Preto	Edificação	Barraca de Euclides da Cunha	189	1938	TOMBADO		ago/39	
ARQUIVO	SP	São Roque	Conjunto Rural	Sítio de Santo Antônio: casa e capela	214	1939	TOMBADO			jan/41
ARQUIVO	SP	Itanhaém	Edificação e Acervo	Igreja Matriz de Santana	215	1939	TOMBADO		mar/41	mar/41
ARQUIVO	SP	Itanhaém	Edificação e Acervo	Convento e Igreja Franciscanos de Nossa Senhora da Conceição	215	1939	TOMBADO		mar/41	mar/41
DEPAM	SP	Santos	Edificação e Acervo	Igreja da Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo	216	1939	TOMBADO		mar/41	mar/41
ARQUIVO	SP	Carapicuíba	Conjunto Urbano	Aldéia de Carapicuíba, SP: conjunto arquitetônico e urbanístico	218	1939	TOMBADO	mai/40		
ARQUIVO	SP	Bertioga	Edificação	Fortaleza de São Tiago	219	1939	TOMBADO		fev/40	fev/40
ARQUIVO	SP	Santos	Edificação	Casa do Trem	219	1939	TOMBADO		fev/40	fev/40
ARQUIVO	SP	Carapicuíba	Edificação e Acervo	Capela de São João Batista	221	1939	TOMBADO		jan/41	jan/41
ARQUIVO	SP	Guararema	Edificação e Acervo	Igreja de Nossa Senhora da Escada e residência	221	1939	TOMBADO		jan/41	jan/41
ARQUIVO	SP	Santana de Parnaíba	Edificação e Acervo	Capela de Nossa Senhora da Conceição, em Voturna	222		TOMBADO		fev/41	fev/41
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação e Acervo	Mosteiro e Igreja da Imaculada Conceição da Luz e respectivo quintal	325	1943	TOMBADO		ago/43	ago/43
ARQUIVO	SP	Taubaté	Edificação e Acervo	Capela de Nossa Senhora do Pilar	343	1944	TOMBADO		out/44	out/44
ARQUIVO	SP	São Roque	Bem móvel ou integrado	Sítio Querubim: forro da capela	346	1941	TOMBADO		fev/50	
ARQUIVO	SP	Ilhabela	Edificação	Fazenda do Engenho d'Água: casa	347	1945	TOMBADO		out/51	out/51
ARQUIVO	SP	Santos	Edificação e Acervo	Mosteiro e Igreja de São Bento	348	1945	TOMBADO			mar/48
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação	Casa do Tatuapé	353		TOMBADO		out/51	out/51
ARQUIVO	SP	Cotia	Edificação	Sítio do Padre Inácio: casa	355		TOMBADO		out/51	out/51
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação	Edifício da Casa Grande do Sítio dos Morrinhos ou Chácara de São Bento, compreendendo uma área de 5.110 metros	370		TOMBADO		fev/48	
ARQUIVO	SP	Iju	Edificação e Acervo	Igreja e Convento de Nossa Senhora do Carmo, compreendendo as pinturas e outras obras de arte integrantes dos referidos monumentos	384	1948	TOMBADO		jun/67	
ARQUIVO	SP	Cotia	Edificação	Casa do Sítio do Mandú	433	1950	TOMBADO		jan/61	
ARQUIVO	SP	Guarujá	Conjunto Arquitetônico	Forte da Barra Grande, inclusive o Fortim da Praia do Góis, o Portão Espanhol e toda a área que os envolve	441	1950	TOMBADO		abr/64	
ARQUIVO	SP	São Luís do Paraitinga	Edificação	Casa natal de Oswaldo Cruz	452		TOMBADO		set/55	
ARQUIVO	SP	São Vicente	Conjunto Arquitetônico	Remanescentes da antiga Vila Colonial, particularmente a Igreja Matriz, compreendendo as obras de talha e imagens antigas	514	1951	TOMBADO		jan/55	
ARQUIVO	SP	São Sebastião	Edificação	Casa de sobrado, com teto pintado, à Avenida Dr. Altino Arantes, 32	517		TOMBADO			abr/55
ARQUIVO	SP	Santana de Parnaíba	Edificação	Casa à Praça da Matriz, 19 e 25	520		TOMBADO			ago/58
ARQUIVO	SP	Albânia	Edificação	Casa de Câmara e Cadeia	522		TOMBADO		ago/55	
ARQUIVO	SP	Cananeia	Sítio arqueológico	Sambaqui situado acerca de 1000 metro da Barra do Rio Itapirangaú	525	1955	TOMBADO	jun/55		
ARQUIVO	SP	Bananal	Edificação	Fazenda Resgate: casa	529	1955	TOMBADO		mai/69	
ARQUIVO	SP	Santos	Edificação	Antiga Casa de Câmara e Cadeia na Praça dos Andradas, inclusive a área arborizada que a ambienta	545	1956	TOMBADO			mai/59
ARQUIVO	SP	Santos	Bem móvel ou integrado	Retábulo da Capela da Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência, da Igreja de Santo Antônio do Valongo	556	1957	TOMBADO			mai/03
ARQUIVO	SP	Santana de Parnaíba	Edificação	Casa à Praça da Matriz, 9	557		TOMBADO		dez/58	
ARQUIVO	SP	São José do Barreiro	Conjunto Rural	Fazenda do Pau d'Alho: casa	577	1958	TOMBADO		fev/68	
ARQUIVO	SP	Ubatuba	Edificação	Sobradão do Porto	592	1959	TOMBADO			mar/59
ARQUIVO	SP	Taubaté	Conjunto Rural	Chácara do Visconde, ou casa de Monteiro Lobato, situada entre a Rua Guaratinguetá e a Avenida Campinas, abrangendo uma área de 9.996 m², em parte arborizada, limitada aos fundos pela Rua Guaraperanga e à frente por uma rua projetada, paralela à mesma rua	618	1960	TOMBADO			jul/62
ARQUIVO	SP	Santos	Ruina	Engenho dos Erasmos: ruínas	678	1962	TOMBADO			jul/63
ARQUIVO	SP	Rio Claro	Edificação	Casa à Avenida 2, nº 572, esquina com rua 7, Sobrado do Barão de Dourados	683	1962	TOMBADO			dez/63
ARQUIVO	SP	Piraicoba	Edificação e Acervo	Casa onde viveu e faleceu o Presidente Prudente de Moraes, englobando edificação, terreno e anexos localizados no endereço citado, bem como o acervo listado nos autos do processo	714	1963	TOMBADO			abr/03
ARQUIVO	SP	Iperó	Conjunto Arquitetônico	Área onde se encontram os remanescentes da Real Fábrica de Ferro de Ipanema	727	1964	TOMBADO			set/64
ARQUIVO	SP	Campinas	Edificação	Edifício à rua Regente Feijó, esquina da rua Ferreira Penteados, conhecido como Palácio dos Azulejos	736	1964	TOMBADO			dez/67
ARQUIVO	SP	Guaratinguetá	Edificação	Casa de Rodrigues Alves	738	1964	TOMBADO			dez/69
ARQUIVO	SP	Santos	Edificação	Edifício de dois pavimentos com frontaria azulejada na Rua do Comércio, 94/96 e 98	751	1965	TOMBADO			mai/73
ARQUIVO	SP	Guarujá	Edificação	Forte de São Felipe	752	1964	TOMBADO			mar/75
ARQUIVO	SP	São Paulo	Ruina	Casa do Sítio Mirim	755	1965	TOMBADO			mar/73
ARQUIVO	SP	Iju	Edificação	Casa à Rua Barão de Itaim, edifício-sede do Museu Republicano Convenção de Iju	767	1966	TOMBADO			abr/67
ARQUIVO	SP	Mogi das Cruzes	Conjunto Arquitetônico	Convento e Igreja da Ordem Primeira do Carmo e Igreja da Ordem Terceira do Carmo	790	1967	TOMBADO			set/67
ARQUIVO	SP	Brodowski	Edificação	Casa de Cândido Portinari	801	1968	TOMBADO			dez/68
SUPERINT	SP	São Paulo	Coleção ou acervo	Coleção de Arte Sacra da Curia Metropolitana de São Paulo	818	1969	TOMBADO			dez/69
ARQUIVO	SP	São Paulo	Bem móvel ou integrado	Imagem de Nossa Senhora das Dores com características marcantes da obra de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho / Imagem de São José, do Século XVIII, de 0,35m de altura, de autoria de Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho	822	1969	TOMBADO			nov/69
ARQUIVO	SP	São Paulo	Bem móvel ou integrado	Imagem de barro cozido, representando Nossa Senhora da Purificação, com 0,48m de altura, datada de 1641, procedente do Estado da Bahia, atribuída a Frei Agostinho de Jesus (Séc. XVII)	824	1969	TOMBADO			dez/69
ARQUIVO	SP	São Paulo	Coleção ou acervo	Museu de Arte Contemporânea: acervo	829	1970	TOMBADO			jul/80
ARQUIVO	SP	Batatais	Bem móvel ou integrado	Pinturas: 14 / Portinari	903	1974	TOMBADO			set/74
ARQUIVO	SP	Ribeirão da Serra	Edificação	Fazenda Ponta Alta: casa	909	1974	TOMBADO			fev/76
ARQUIVO	SP	Parabuna	Edificação	Fazenda da Conceição: casa	910	1974	TOMBADO			nov/74
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação	Estação da Luz	944	1976	TOMBADO			out/96
ARQUIVO	SP	Barueri	Bem móvel ou integrado	Imagem de Nossa Senhora da Escada, da Capela da Aldéia de Barueri	993	1978	TOMBADO			abr/80
ARQUIVO	SP	São Paulo	Coleção ou acervo	Coleção: Lasar Segall	1118	1984	TOMBADO			set/15
ARQUIVO	SP	São Paulo	Conjunto Arquitetônico	Imóvel situado na Rua Santa Cruz, 325, constituído pela casa, o jardim e o bosque que o circundam (Casa modernista de Warchavchik)	1121	1984	TOMBADO	out/86		out/86
ARQUIVO	SP	Mogi das Cruzes	Edificação	Casarão do Chá	1124	1984	TOMBADO	ago/86	ago/86	set/85

ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação	Casa de Warchavchik na Rua Bahia, 1126	1153	1985	TOMBADO			ago86
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação	Casa de Warchavchik na Rua Itápolis, 961, Pacaembu	1154	1985	TOMBADO			ago86
ARQUIVO	SP	Itu	Bem móvel ou integrado	Conjunto de oito painéis, de autoria do Padre Jesuino do Monte Carmelo, expostos no corredor de entrada do edifício conventual das Irmãs de São José, anexo à Igreja de Nossa Senhora do Patrocínio	1176	1985	TOMBADO		mai99	mai99
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação e Acervo	Igreja da Ordem Terceira do Carmo, restrita às frontarias, nave, capela-mor, sacristia, biblioteca, sala de reuniões, obra de talha, imaginária e pinturas a localizadas, especialmente a obra pictórica do Padre Jesuino do Monte Carmelo, incluindo também o	1176	1985	TOMBADO		mai99	mai99

ARQUIVO	SP	São Carlos	Conjunto Rural	Fazenda do Pinhal, situada no quilômetro 4,5 da Estrada da Broa, com 45 hectares e 1 acre, incluindo vegetação e benfeitorias, tais como : sede da fazenda, senzala, tulha, terreiros de café, coqueiras e pomar murado	1183	1985	TOMBADO	out87	out87	out87
ARQUIVO	SP	São Paulo	Coleção ou acervo	Coleção Mário de Andrade do IEB / USP, produto de quatro sub-coleções distintas assim caracterizadas : 1) Sub-coleção de Artes Visuais ; 2) Sub-coleção de Arte Religiosa e Popular ; 3) Sub-coleção da Revolução de 1932 ; 4) Sub-coleção Bibliográfica	1217	1987	TOMBADO	set96	set96	set96
ARQUIVO	SP	Santo André	Conjunto Urbano	Vila Ferroviária de Paranapiacaba	1232	1987	TOMBADO		set08	
ARQUIVO	SP	São Paulo	Conjunto Arquitetônico	Conjunto do Ipiranga: Museu Paulista, Monumento à Independência, Casa do Grito e Parque da Independência	1348	1995	TOMBADO	jun98	jun98	jun98
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação	Teatro Municipal de São Paulo	1349	1995	TOMBADO	out14	out14	
ARQUIVO	SP	São Paulo	Conjunto Arquitetônico	Conjunto das edificações projetadas pelo arquiteto Oscar Niemeyer para o Parque do Ibirapuera	1429	1998	TOMBADO			x
ARQUIVO	SP	Mairinque	Edificação	Estação Ferroviária de Mayrink	1434	1998	TOMBADO			jul04
ARQUIVO	SP	Campinas	Conjunto Arquitetônico	Casa Grande e Tulha da Antiga Chácara do Paraíso das Campinas Velhas, situada na Avenida Arlindo Joaquim de Lemos, 1300	1460	2000	TOMBADO		jun15	
ARQUIVO	SP	São Paulo	Conjunto Arquitetônico	Conjunto Arquitetônico e Paisagístico no Bairro da Luz	1463	2000	TOMBADO		set16	
ARQUIVO	SP	Jundiaí	Conjunto Arquitetônico	Conjunto de edificações e bens móveis da Companhia Paulista de Estrada de Ferro.	1485	2001	TOMBADO		jul04	
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação e Acervo	Museu de Arte de São Paulo Assis Chateaubriand - MASP: edifício e acervo móvel constituído pelos cavaletes de concreto e cristal	1495	2002	TOMBADO		fev08	
ARQUIVO	SP	São Paulo	Coleção ou acervo	Acervo Histórico da Discoteca Oneida Alvarenga, no Centro Cultural São Paulo da Secretaria Municipal de Cultura.	1513	2003	TOMBADO		fev08	
ARQUIVO	SP	Santos	Edificação	Edifício da Bolsa Oficial do Café	1514	2003	TOMBADO	jan12	jan12	
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação	Teatro Oficina, Rua Jacuqui nº 520 antigo 70 e anteriormente nº 64.	1515	2004	TOMBADO	set14	set14	
ARQUIVO	SP	Iguape	Conjunto Rural	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Engenho, Sede Social e Residência Colônia Katsura	1565	2008	TOMBADO	mar13	mar13	mar13
ARQUIVO	SP	Registro	Edificação	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Fábrica de chá Amaya	1565	2008	TOMBADO	mar13	mar13	mar13
ARQUIVO	SP	Registro	Edificação	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Fábrica de Chá Kawaguti	1565	2008	TOMBADO	mar13	mar13	mar13
ARQUIVO	SP	Registro	Conjunto Rural	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Fábrica de Chá e Residência Shimizu	1565	2008	TOMBADO	mar13	mar13	mar13
ARQUIVO	SP	Registro	Edificação	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Residência Fukasawa	1565	2008	TOMBADO	mar13	mar13	mar13
ARQUIVO	SP	Registro	Edificação	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Residência Sozo Okiyama	1565	2008	TOMBADO	mar13	mar13	mar13
ARQUIVO	SP	Registro	Edificação	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Residência Senhora Susu Okiyama	1565	2008	TOMBADO	mar13	mar13	mar13
ARQUIVO	SP	Registro	Edificação	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Residência Família Hokugawa	1565	2008	TOMBADO	mar13	mar13	mar13
ARQUIVO	SP	Registro	Edificação	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Residência Família Amaya	1565	2008	TOMBADO	mar13	mar13	mar13
ARQUIVO	SP	Registro	Edificação	Igreja de São Francisco Xavier	1565	2008	TOMBADO		mar13	
ARQUIVO	SP	Registro	Edificação	Sede da Kaigai Kogyo Kabushiki KaishaKKKK	1565	2008	TOMBADO		mar13	
ARQUIVO	SP	Registro	Edificação e Acervo	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Igreja Episcopal Anglicana	1565	2008	TOMBADO	mar13	mar13	mar13
ARQUIVO	SP	Registro	Coleção ou acervo	Bens Culturais da Imigração Japonesa no Vale do Ribeira - Primeiras mudas de chá variedade Assam	1565	2008	TOMBADO	mar13	mar13	mar13
ARQUIVO	SP	Iguape	Conjunto Urbano	Conjunto Histórico e Paisagístico de Iguape - SP	1584	2009	TOMBADO	set11	set11	
ARQUIVO	SP	São Luís do Paraitinga	Conjunto Urbano	Conjunto Histórico e Paisagístico de São Luís do Paraitinga	1590	2010	TOMBADO	dez12	dez12	
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação	TEATRO CULTURA ARTÍSTICA	1603	2010	TOMBADO		x	x
ARQUIVO	SP	São Paulo	Coleção ou acervo	Coleção Nemirovsky	1642	2011	TOMBADO			out20
ARQUIVO	SP	São Paulo	Conjunto Arquitetônico	Sesc Pompeia	1726	2014	TOMBADO			dez-15
ARQUIVO	SP	São Paulo	Edificação	Edifício Sede do IAB - Departamento de São Paulo	1732	2015	TOMBADO		jun17	jun17